

# Informações Trimestrais

1º trimestre

# 2016



# **Unidas S.A. e Empresas Controladas**

## **Informações Trimestrais**

31 de março de 2016 e 2015

### Índice

Comentário de desempenho

Balancos patrimoniais

Demonstrações de resultados

Demonstrações de resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas às informações trimestrais

Relatório dos auditores independentes

Declaração dos diretores sobre as informações trimestrais

Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes

**São Paulo, 03 de Maio de 2016** - A Unidas S.A. (“Companhia” ou “Unidas”) anuncia os seus resultados do primeiro trimestre de 2016 (1T16). As informações financeiras são apresentadas em milhões de Reais, exceto quando indicado o contrário. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS – *International Financial Reporting Standards*) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS – 1T16

# Receita Líquida Consolidada no 1T16 cresce 5,6% em comparação com o 1T15, chegando aos R\$296,9 MM. No mesmo período, o EBIT cresce 14,5% atingindo R\$48,1 MM.

A **Receita Líquida Consolidada** da Companhia apresentou um aumento de **5,6% no 1T16**, passando de R\$281,1MM no 1T15 para **R\$296,9 MM no 1T16**.

A **Taxa de Ocupação** do segmento de **Aluguel de Carros – RAC** (excluindo Franquias) no **1T16** atingiu **77,3%** aumentando **4,0 p.p.** ao compararmos com o percentual de 73,3% reportado no 1T15 (o maior patamar desde o 1T14 que foi de 77,4%).

A **Margem EBITDA de Terceirização de Frotas** atingiu **68,0%**, aumentando **7,0 p.p.** ao compararmos com o percentual de 61,0% reportado no 1T15.

A **Quantidade de Veículos** oriundos de novos contratos de **Terceirização de Frotas** assinados no **1T16** atingiu **5.052 veículos**, **241,6%** superior à quantidade de 1.479 veículos oriundos de novos contratos assinados no 1T15.

A **Receita Líquida** da venda de **Seminovos** no **1T16** cresceu **13,4%**, passando de R\$127,5 MM no 1T15 para **R\$144,6 MM no 1T16**, devido ao aumento de **16,6%** no preço médio de venda no **1T16**.

O **EBIT** no 1T16 atingiu **R\$48,1 MM**, ou seja, **14,5%** superior ao 1T15, que ficou em R\$42,0 MM. A respectiva **Margem EBIT sobre a Receita de Locação** atingiu **31,6%** no **1T16**, aumentando **4.3 p.p.** ao compararmos com o percentual de 27,3% reportado no 1T15.

O **Lucro Líquido Ajustado** do 1T16, desconsiderando o evento não recorrente da marcação a mercado das operações contratadas de *hedge*, no montante de R\$3,2 MM, atingiu **R\$10,5 MM**. Assim, em bases comparáveis, o Lucro Líquido do 1T16 foi **25,0%** superior ao do 1T15, que ficou em R\$8,4 MM.

Expandimos a nossa **Rede de Atendimento** em **43 lojas**, no comparativo do 1T16 com o 1T15, sendo 13 lojas próprias do RAC, 26 lojas de Franquias do RAC, 2 lojas próprias de Seminovos e 2 lojas de franquias de Seminovos.

Em **04 de fevereiro** a agência de risco *Fitch Ratings* elevou o *rating* corporativo da Unidas e das Emissões de Debêntures de A+(bra) para **AA-(bra)** com perspectiva estável.

Dados Econômico Financeiros (R\$ MM)	1T16	1T15	Var.
Receita Líquida Consolidada	296,9	281,1	5,6%
Receita Líquida de Locação (RAC + TF + Franquias)	152,3	153,6	(0,8) %
EBITDA Consolidado	85,1	88,3	(3,6) %
EBITDA Negócios Locação (RAC + TF + Franquias)	76,9	78,2	(1,7) %
Margem EBITDA dos Negócios de Locação	50,5%	50,9%	(0,4) p.p.
EBIT	48,1	42,0	14,5%
EBT	12,5	12,7	(1,6) %
Lucro Líquido Ajustado (*)	10,5	8,4	25,0%
Dívida Líquida	777,7	703,7	10,5%
Dívida Líquida / EBITDA (LTM)	2,3x	2,1x	0,2x

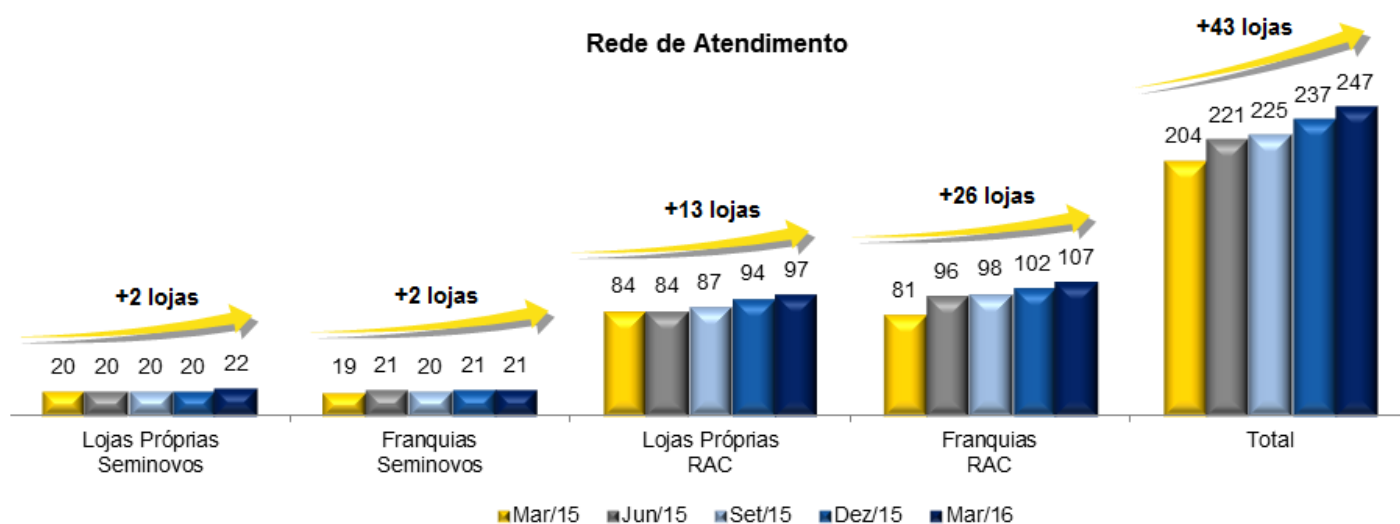
Dados Operacionais	1T16	1T15	Var.
Frota no Final do Período	43.457	42.838	1,4%
Nº de Colaboradores Próprios no Final do Período	1.368	1.204	13,6%
Rede de Atendimento no Final do Período	247	204	21,1%

(\*) Lucro Líquido Ajustado – Desconsidera o evento não recorrente representado pela marcação a mercado das operações contratadas de *hedge*, no montante de R\$3,2 MM no 1T16.

## 1- REDE DE ATENDIMENTO UNIDAS

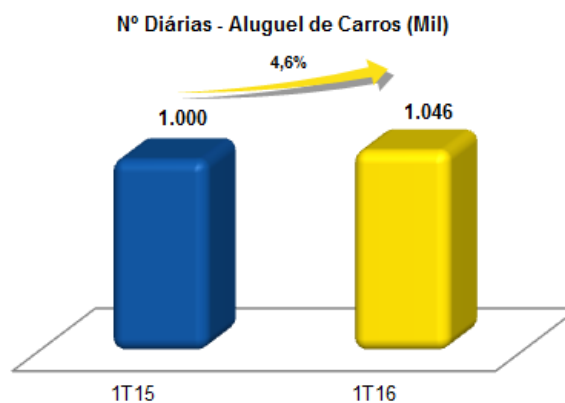
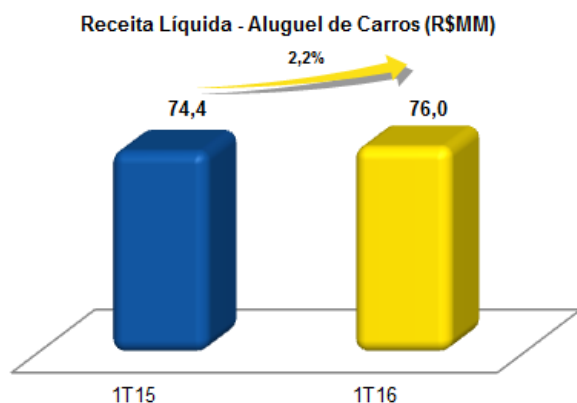
No comparativo do 1T16 com o 1T15, a nossa rede de atendimento cresceu 43 lojas, divididas da seguinte forma: 2 lojas Próprias de Seminovos, 2 lojas de Franquia de Seminovos, 13 lojas Próprias do RAC e 26 lojas de Franquias do RAC, passando de 204 lojas no 1T15 para 247 lojas no 1T16.

No 1T16, a Unidas cresceu a sua rede de atendimento em 10 lojas, passando de 237 pontos de atendimento no 4T15 para 247 pontos de atendimento no 1T16.



## 2 - SEGMENTO DE ALUGUEL DE CARROS (RAC)

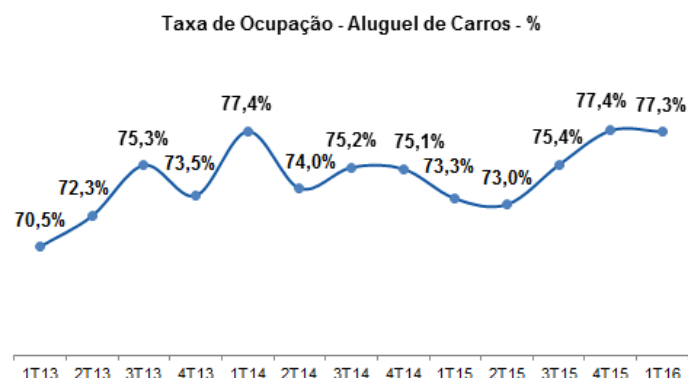
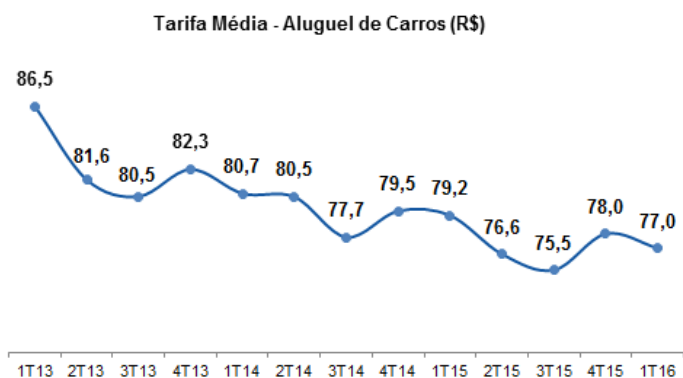
No 1T16, a Receita Líquida relacionada ao segmento de Aluguel de Carros – RAC (que não inclui as franquias) apresentou um aumento de 2,2% em relação ao 1T15, passando de R\$74,4 MM para R\$76,0 MM, crescimento este decorrente, essencialmente, do avanço do número de diárias em 4,6%.



A Tarifa Média diária praticada no segmento de RAC no 1T16 foi de R\$77,0, inferior em 2,8% ao valor apurado no 1T15 que foi de R\$79,2.

A redução da Tarifa Média diária, verificada no período, deve-se basicamente a maior concorrência verificada no segmento de lazer o que fez com que a tarifa média neste segmento apresentasse uma queda no comparativo entre os períodos.

No 1T16, a Taxa de Ocupação dos veículos no segmento de RAC foi de 77,3%, 4,0 p.p. superior à verificada no 1T15 que foi de 73,3%.



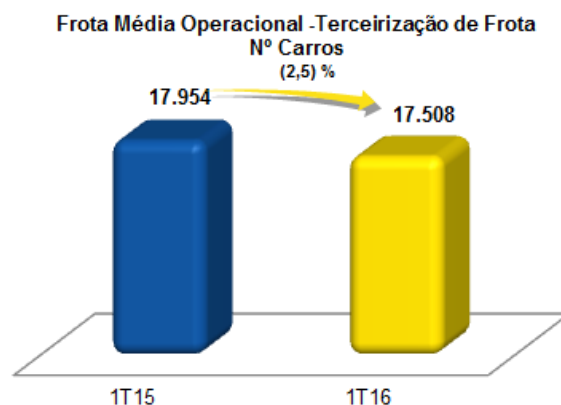
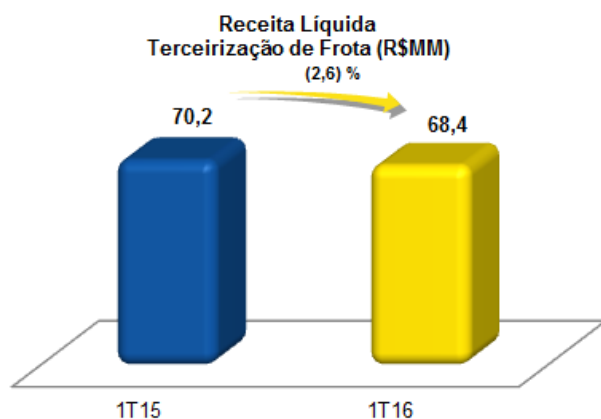
- (1) Tarifa média – Aluguel de Carros é calculada com base na receita bruta dividida pelo número de diárias, excluindo as diárias de locação interna e os itens não considerados como componente da tarifa (ex.: avarias debitadas aos Clientes).
- (2) O Número de Diárias não considera as diárias de sublocação para o segmento de Terceirização de Frotas.
- (3) O cálculo da Taxa de Ocupação inclui as diárias de sublocação para o segmento de Terceirização de Frotas.

## 3 - SEGMENTO DE TERCEIRIZAÇÃO DE FROTA (TF)

No 1T16, a Receita Líquida proveniente do negócio de Terceirização de Frota – TF apresentou uma diminuição de 2,6% com relação ao 1T15, passando de R\$70,2 MM para R\$68,4 MM. A frota média operacional no 1T16 reduziu em 2,5%, com relação ao 1T15.

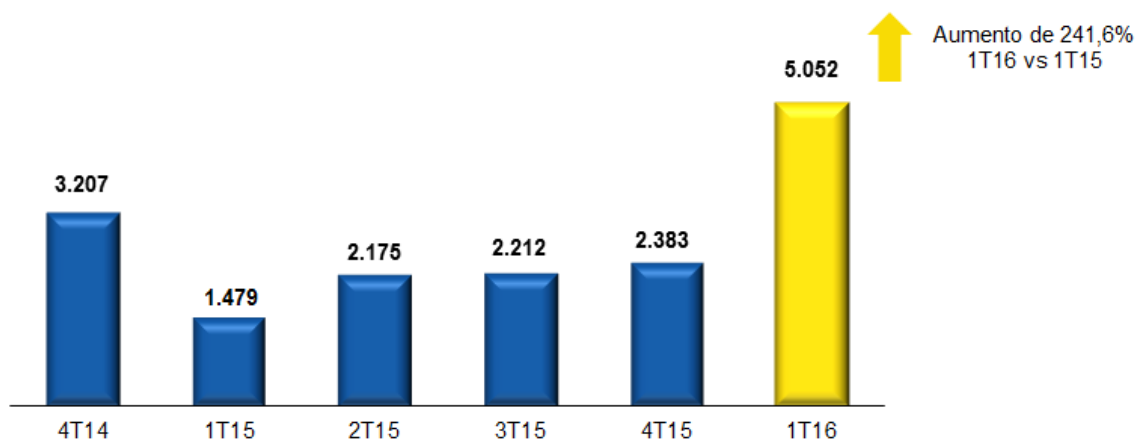
	1T14	2T14	3T14	4T14	1T15	2T15	3T15	4T15	1T16
Receita Líquida	71.309	68.021	69.367	70.875	70.213	69.095	71.117	70.147	68.386
Frota média Operacional	18.643	17.780	17.855	17.735	17.954	17.394	17.537	17.524	17.508
Mensalidade Média Líquida Terceirização de Frota (R\$)	1.275,0	1.275,3	1.295,0	1.332,1	1.303,6	1.324,1	1.351,8	1.334,3	1.302,0

Esta redução da frota média operacional da Companhia no 1T16 é resultado de um ambiente econômico mais adverso e de um ambiente comercial mais competitivo em termos de preço, no qual a Companhia manteve a sua postura conservadora visando rentabilizar o seu capital investido.



Entretanto, a quantidade de carros oriundos de novos contratos de terceirização de frota assinados no 1T16 totalizou um montante de 5.052 veículos, 241,6% superior aos 1.479 veículos originados de novos contratos assinados no 1T15. Estes contratos, ainda não refletiram positivamente na receita da Companhia no 1T16, mas irão beneficiar a receita da Unidas a partir do no próximo trimestre.

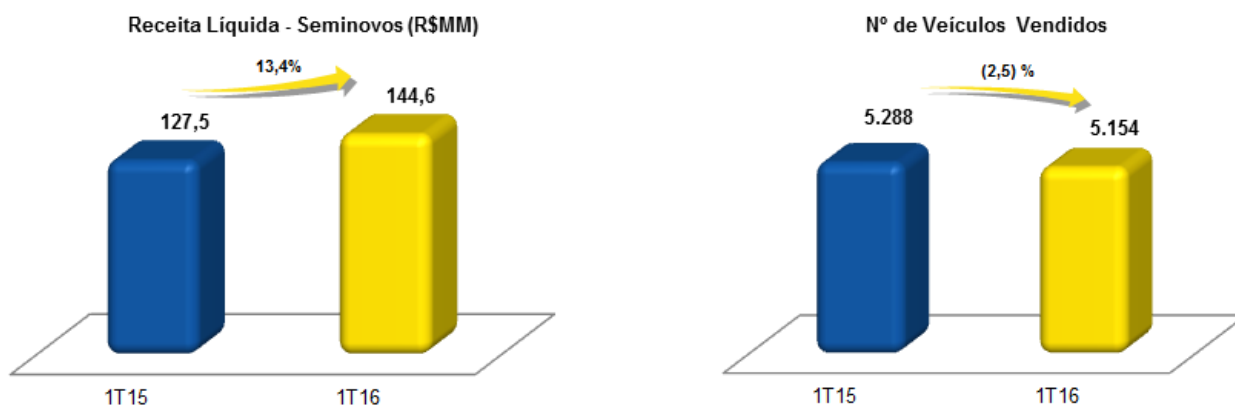
## Novas Contratações - Número de Veículos



### 4 - SEMINOVOS

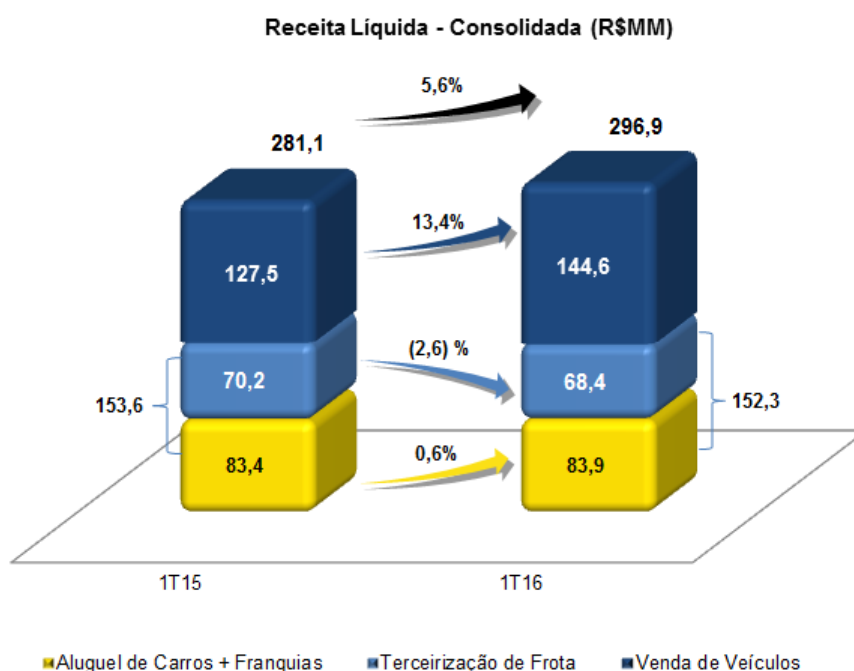
No 1T16, a receita foi de R\$144,6 MM, representando um aumento de 13,4% em relação à receita obtida no 1T15 que foi de R\$127,5 MM, resultado este devido ao aumento de 16,6% no preço médio de venda dos veículos. Desta forma, no primeiro trimestre de 2016 continuou a se verificar um crescimento da receita com a venda de seminovos, tal como já vinha ocorrendo ao longo do ano de 2015.

No final do 1T16, o estoque de veículos para venda era de 4.483 unidades, ou seja, 10,3% da frota total da companhia nessa mesma data.



### 5 - RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA

No 1T16, a Receita Líquida Consolidada da Companhia foi de R\$296,9 MM, apresentando uma elevação de 5,6%, quando comparada aos R\$281,1 MM obtidos no 1T15.



A Receita Líquida dos negócios de locação (RAC + TF + Franquias) no 1T16 foi de R\$152,3 MM, inferior em 0,8% aos R\$153,6 MM no 1T15.

## 6 - CUSTOS E DESPESAS

No 1T16, o Custo Operacional excluindo o Custo dos Veículos Vendidos apresentou uma redução de 12,3% quando comparado ao 1T15, passando de R\$93,7 MM para R\$82,2 MM, devido aos seguintes fatores: i) aumento de R\$0,9 MM do Custo de Pessoal devido à abertura de novas lojas de Aluguel de Carros e de Seminovos e devido ao dissídio coletivo no período; ii) redução de R\$0,9 MM nas Despesas de Manutenção e Logística de Veículos, devido em parte a redução da idade média da frota; iii) redução de R\$9,7 MM na depreciação e amortização devido a redução da frota média operacional e a compra de veículos novos em condições comerciais vantajosas gerando uma depreciação inferior no comparativo entre os períodos; e iv) redução de R\$1,8 MM em Outros Custos devido a redução no roubo dos automóveis.

No 1T16, o Custo Total dos Veículos Vendidos cresceu 15,6% devido ao perfil dos carros vendidos no período.

Como resultado dos fatores expostos acima, no 1T16, o Custo Operacional Total cresceu 2,8%.

Custos Operacionais (R\$MM)	1T16	1T15	Var.
Custo de Pessoal	12,3	11,4	7,9%
Despesas de Manutenção e Logística de Veículos	28,9	29,8	(3,0) %
Depreciação e Amortização	33,8	43,5	(22,3) %
Outros Custos	7,2	9,0	(20,0) %
<b>Subtotal Custos</b>	<b>82,2</b>	<b>93,7</b>	<b>(12,3) %</b>
Custo dos Veículos Vendidos	128,1	110,8	15,6%
<b>Custo Operacional Total</b>	<b>210,3</b>	<b>204,5</b>	<b>2,8%</b>
% da Receita Líquida	70,8%	72,7%	(1,9) p.p.

No 1T16, o total das Despesas Operacionais apresentou um aumento de 11,3%, passando de R\$34,6 MM no 1T15 para R\$38,5 MM no 1T16, devido aos seguintes fatores: i) aumento de R\$5,4 MM associado ao aumento de pagamento de comissões no segmento do RAC e ao aumento das despesas com Provisão para Devedores Duvidosos - PDD; e ii) Redução de R\$1,3 MM em Outras Despesas (Receitas) Operacionais devido ao aumento de receitas não operacionais.

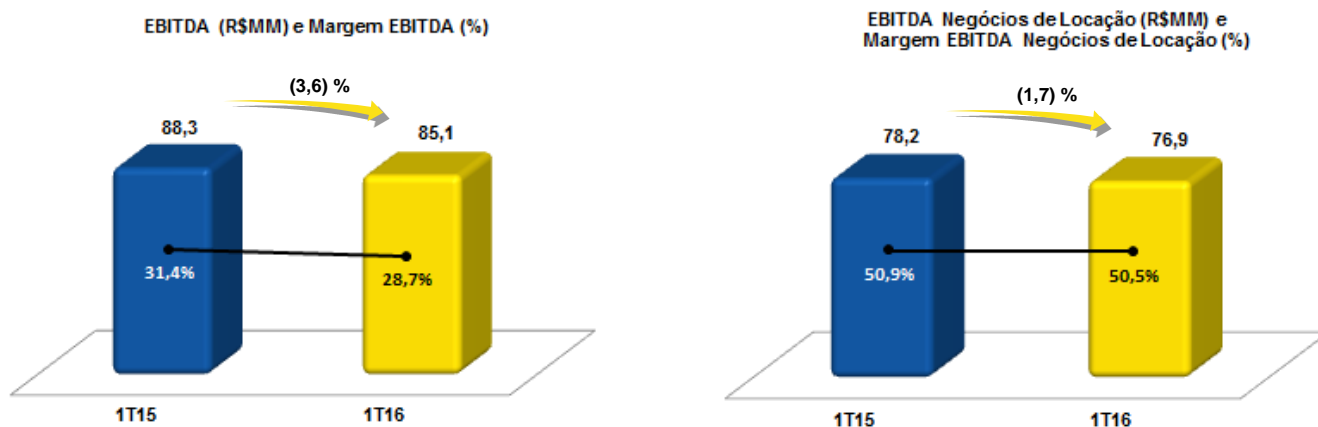
Despesas Operacionais (R\$MM)	1T16	1T15	Var.
Despesas Comerciais	18,2	12,8	42,2%
Despesas Gerais e Administrativas	19,4	19,5	(0,5) %
Honorários da Administração	0,6	0,7	(14,3) %
Outras Despesas (Receitas) Operacionais	0,3	1,6	(81,3) %
<b>Despesa Operacional Total</b>	<b>38,5</b>	<b>34,6</b>	<b>11,3%</b>
% da Receita Líquida	13,0%	12,3%	0,7 p.p.

## 7 - EBITDA

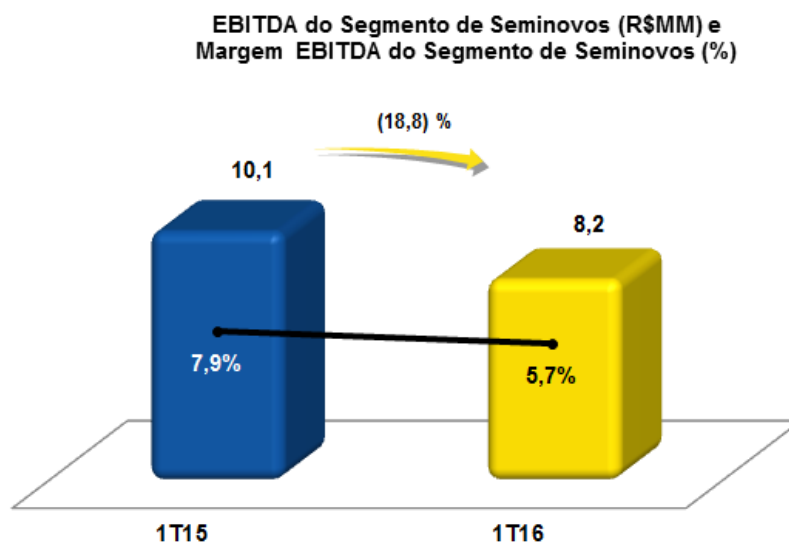
No 1T16, o EBITDA Consolidado apresentou uma redução de 3,6%, passando de R\$88,3 MM no 1T15 para R\$85,1MM no 1T16.

O EBITDA dos Negócios de Locação (RAC + TF + Franquias) no trimestre apresentou uma redução de 1,7%, passando de R\$78,2 MM no 1T15 para R\$76,9 MM no 1T16.

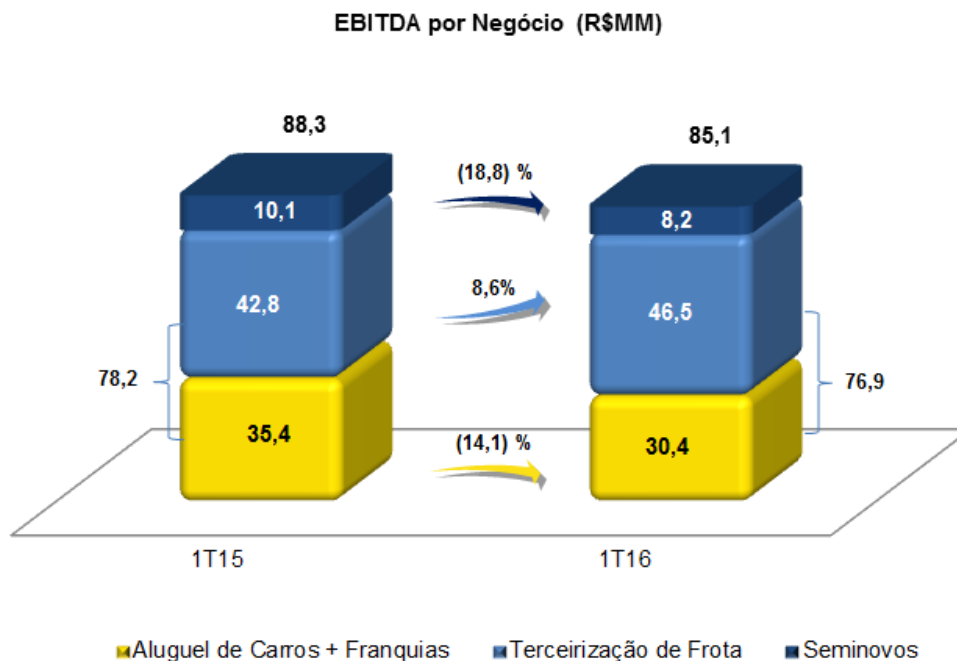
Ao compararmos o 1T16 com o 1T15, a margem EBITDA Consolidada caiu 2,7 p.p. para 28,7% no 1T16, e a margem EBITDA dos Negócios de Locação no 1T16 caiu 0,4 p.p. para 50,5%.



No 1T16, o EBITDA de Seminovos reduziu 18,8% e a margem EBITDA de Seminovos reduziu em 2,2 p.p. para 5,7%.



No 1T16, o EBITDA do segmento de Aluguel de Carros + Franquias teve uma redução de 14,1%, e a respectiva margem EBITDA reduziu em 6,2 p.p. para 36,2%. No negócio de Terceirização de Frotas o EBITDA aumentou 8,6%, e a margem EBITDA aumentou em 7,0 p.p. para 68,0%.



Margem EBITDA por Negócio	1T16	1T15	Var.
Terceirização de Frota	68,0%	61,0%	7,0 p.p.
Aluguel de Carros + Franquias	36,2%	42,4%	(6,2) p.p.
<b>Total Locação</b>	<b>50,5%</b>	<b>50,9%</b>	<b>(0,4) p.p.</b>

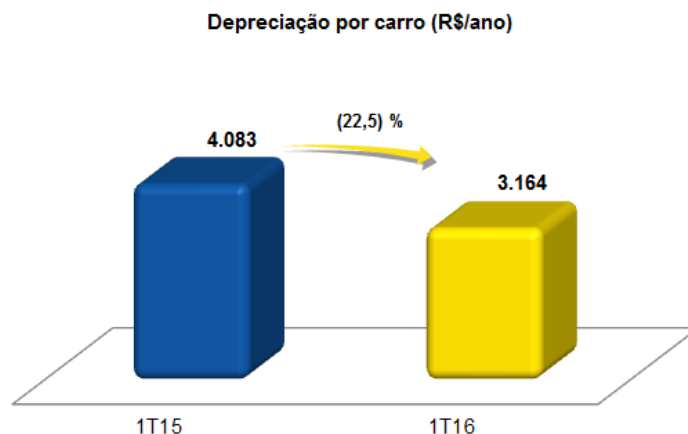
Conforme norma da CVM segue abaixo a tabela com a conciliação do EBITDA da Companhia:

EBITDA (R\$mil)	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
<b>(=) Lucro Líquido do período</b>	<b>8.406</b>	<b>8.389</b>	<b>8.406</b>	<b>8.389</b>
(+) Impostos sobre os lucros	3.788	4.897	4.127	4.269
(+) Despesas financeiras líquidas	35.561	28.523	35.596	29.345
(+) Depreciação e amortização	35.199	45.089	36.973	46.319
(+) Participação em sociedades controladas	(1.073)	862	-	-
<b>(=) EBITDA</b>	<b>81.881</b>	<b>87.760</b>	<b>85.102</b>	<b>88.322</b>
<b>EBITDA de Locação</b>	<b>73.725</b>	<b>77.683</b>	<b>76.946</b>	<b>78.245</b>
Receita líquida de locação	104.082	113.028	152.337	153.579
Margem EBITDA de Locação (%)	70,8%	68,7%	50,5%	50,9%

## 8 - DEPRECIACÃO

No comparativo entre o 1T16 e o 1T15, a depreciação anual média por carro teve uma redução de 22,5% passando de R\$4.083 para R\$3.164.

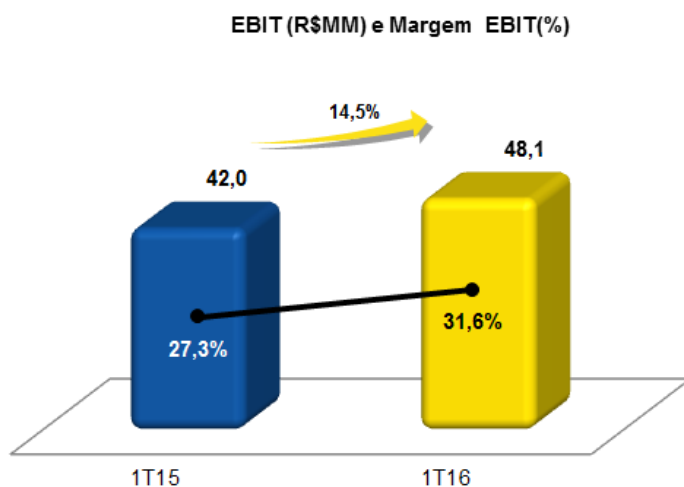
Esta redução deveu-se basicamente ao aumento do preço dos carros novos que impactou positivamente no preço dos carros seminovos e à compra de veículos novos em condições mais vantajosas.



## 9- EBIT

No 1T16, o EBIT consolidado foi 14,5% superior ao obtido no 1T15, passando de R\$42,0 MM para R\$48,1 MM, devido a redução da depreciação média por veículo no comparativo dos períodos.

EBIT (R\$MM)	1T16	1T15	Var.
EBIT	48,1	42,0	14,5%
Margem EBIT (Sobre Receita de Locação)	31,6%	27,3%	4,3 p.p.



## 10- RESULTADO FINANCEIRO

O Resultado Financeiro (negativo) aumentou R\$6,3 MM no comparativo entre o 1T16 e o 1T15 devido essencialmente aos seguintes fatores:

- Aumento do CDI médio em 201 bps no comparativo do 1T16 com o 1T15; e
- Aumento do IPCA em 0,44 p.p. no comparativo do 1T16 com o 1T15.

A Unidas, visando se proteger do risco de perda de rentabilidade nos contratos de Terceirização de Frota pela variação das taxas de juros e manter a sua competitividade, contratou operações de *hedge*, chamadas “Call de DI” ou “Swap de Arrendimento”.

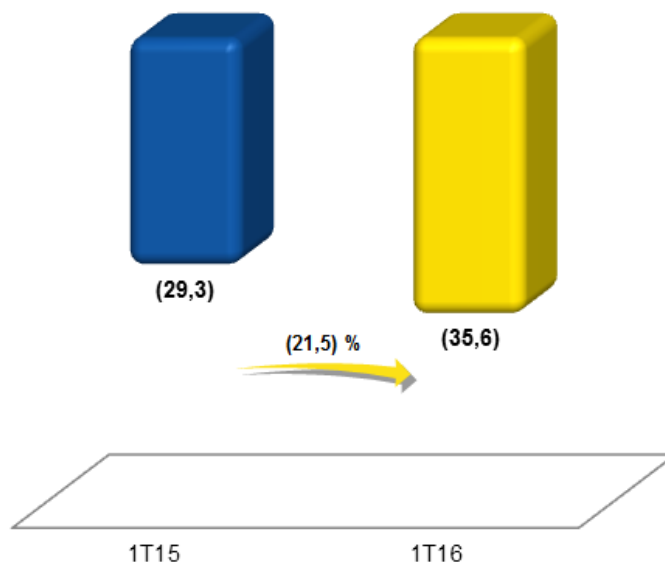
A tabela abaixo demonstra os valores das operações de *hedge* contratadas visando à proteção com relação às variações futuras das taxas de juros:

Banco	Moeda	Operação de Hedge	Início	Vencimento	Valor Nocional R\$ Mil	Prêmio Original R\$ Mil	MTM em 31/12/2015	MTM em 31/03/2016	Var. Dez/15 e Mar/16
Itaú	Reais	CDI x Taxa pré	Jun/15 a Nov/15	Mar/2017 a Dez/2018	231.000	1.983	4.670	1.512	-3.158
Santander	Reais	CDI x Taxa pré	Nov/15	Mar/2017	16.000	66	32	13	-19
<b>Saldo hedge</b>					<b>247.000</b>	<b>2.049</b>	<b>4.702</b>	<b>1.525</b>	<b>-3.177</b>

No 1T16, foi reconhecida uma despesa não recorrente de R\$3,2 MM em função da marcação a mercado de contratos de operações *hedge*, contratadas ao longo de 2015.

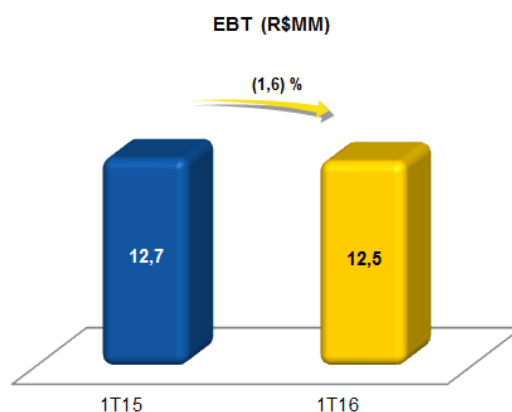
Resultado Financeiro (R\$MM)	1T16	1T15	Var.
Receitas Financeiras	48,5	14,2	241,5%
Despesas Financeiras	(84,1)	(43,5)	(93,3) %
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(35,6)</b>	<b>(29,3)</b>	<b>(21,5) %</b>

Resultado Financeiro (R\$MM)



## 11 - EBT

No 1T16, o Lucro Antes de Impostos (EBT) atingiu R\$12,5 MM, resultado este inferior em 1,6% ao obtido no 1T15, devido ao forte crescimento dos custos financeiros, devido a já mencionada elevação das taxas de juros.



## 12 - RESULTADO LÍQUIDO - CONSOLIDADO

Conforme Ata da Reunião do Conselho de Administração, em 20 de abril de 2016, a Companhia aprovou o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) no valor bruto total de R\$19,5 MM.

No 1T16, o Lucro Líquido foi de R\$8,4 MM, ficando em linha com o valor obtido no 1T15.

Entretanto, devemos ressaltar que no 1T16 tivemos a ocorrência do evento não recorrente, já mencionado acima, representado pela marcação a mercado das operações contratadas de *hedge*, no montante de R\$3,2 MM. Assim, em bases comparáveis, o Lucro Líquido Ajustado no 1T16 seria de R\$10,5 MM, representando uma elevação de 25,0% em relação ao Lucro Líquido do 1T15 que foi de R\$8,4 MM.

Demonstração do Resultado (R\$MM)	1T16	1T15	Var.
Receita Líquida	296,9	281,1	5,6%
Custos Operacionais	(210,3)	(204,5)	(2,8) %
<b>Lucro Bruto</b>	<b>86,6</b>	<b>76,6</b>	<b>13,1%</b>
Despesas Operacionais	(38,5)	(34,6)	(11,3) %
Despesas Financeiras Líquidas	(35,6)	(29,3)	(21,5) %
<b>Lucro antes dos Impostos (EBT)</b>	<b>12,5</b>	<b>12,7</b>	<b>(1,6) %</b>
Imposto Corrente (IRPJ e CSLL)	(0,2)	(0,9)	(77,8) %
Imposto Diferido	(3,9)	(3,4)	(14,7) %
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>8,4</b>	<b>8,4</b>	-

<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>10,5</b>	<b>8,4</b>	<b>25,0%</b>
-------------------------------	-------------	------------	--------------

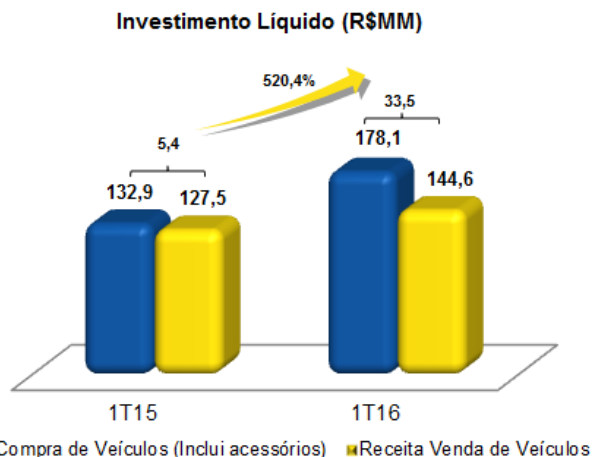
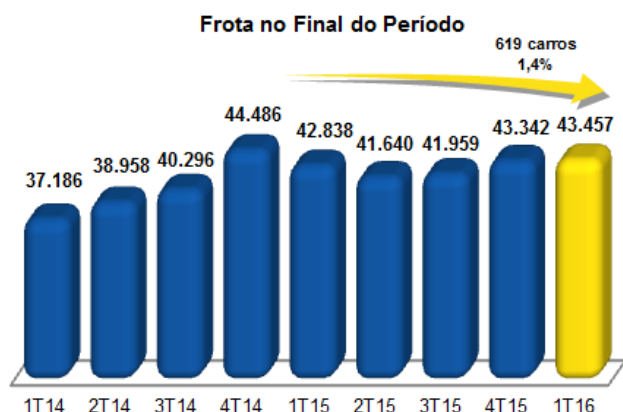
Conciliação do Lucro Líquido (R\$MM)	1T16	1T15	Var.
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>8,4</b>	<b>8,4</b>	-
(+) Marcação a mercado das operações de swap	<b>3,2</b>		
(-) Efeito dos Impostos	(1,1)		
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>10,5</b>	<b>8,4</b>	<b>25,0%</b>

A Alíquota do Imposto Corrente (Caixa) da Companhia no comparativo do 1T16 com o 1T15, reduziu em 5,4 p.p., passando de 7,3% no 1T15 para 1,9% no 1T16.

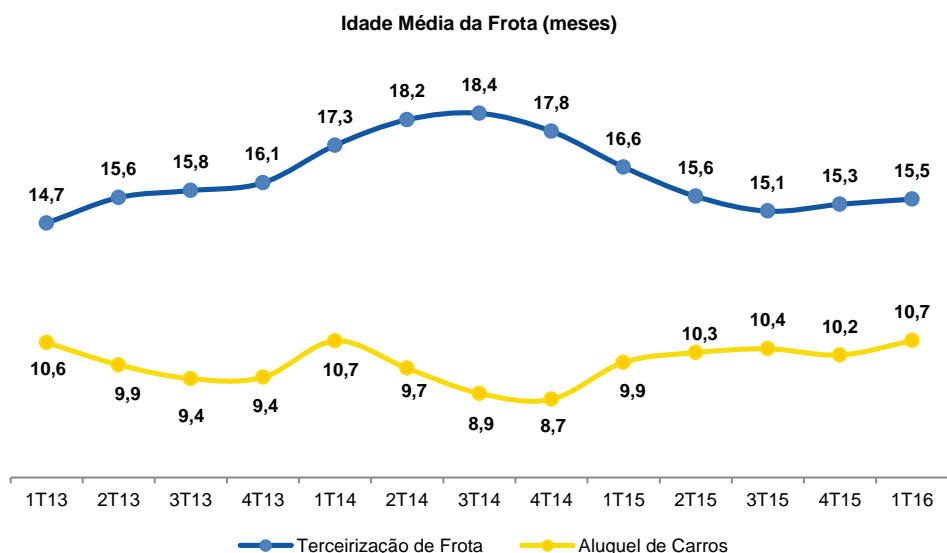
### 13 - FROTA

A frota total da Companhia no final do 1T16 atingiu 43.457 veículos, representando um aumento de 619 carros, ou 1,4%, em relação à posição no final do 1T15.

No comparativo entre o 1T16 com o 1T15, o investimento líquido ficou em R\$33,5 MM no 1T16, superior em 520,4% ao valor líquido de R\$5,4 MM investidos no 1T15.



No comparativo do 1T16 com o 1T15, o segmento de Terceirização de Frota apresentou uma diminuição na idade média dos veículos da Companhia, devido ao maior número de contratos implantados ao longo do ano passado. Já a idade média dos veículos do segmento de Aluguel de Carros (RAC) sofreu um aumento devido ao baixo número de veículos adquiridos no 1T16.



## 14 - DÍVIDA

No final do 1T16, o endividamento bruto da Unidas, incluindo os juros e excluindo os custos de captação, atingiu o montante de R\$841,1 MM que, descontando o valor do caixa e equivalentes de caixa e das aplicações financeiras, resultaram numa dívida líquida de R\$777,7 MM.

## Composição da Dívida em 31/03/16

Instrumento	Custo Médio	Saldo (R\$ MM)	%	Cronograma de Amortização Restante <sup>1</sup>			
				2016 <sup>1</sup>	2017	2018	2019
2ª Emissão de Debêntures	CDI + 3,15%	141,9	16,9%	(116,9)	-	-	-
3ª Emissão de Debêntures	CDI + 1,80%	68,8	8,2%	(17,2)	(34,3)	(17,2)	-
4ª Emissão de Debêntures	CDI + 1,80%	211,0	25,1%	(100,0)	(100,0)	-	-
5ª Emissão de Debêntures	CDI + 1,81%	120,1	14,3%	-	(40,0)	(40,0)	(40,0)
6ª Emissão de Debêntures	CDI + 1,70%	102,1	12,1%	-	(50,0)	(50,0)	-
5ª Emissão de Notas Promissórias	CDI + 2,30%	31,1	3,7%	-	(30,0)	-	-
Capital de Giro	CDI + 2,15%	166,1	19,7%	-	(160,0)	-	-
<b>Total da Dívida Bruta</b>		<b>841,1</b>	<b>100,0%</b>	<b>(234,1)</b>	<b>(414,3)</b>	<b>(107,2)</b>	<b>(40,0)</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras de Uso Restrito</b>			<b>R\$63,4</b>	<b>Total de Amortização do Principal R\$795,6</b>			
<b>Total da Dívida Líquida</b>			<b>R\$777,7</b>				

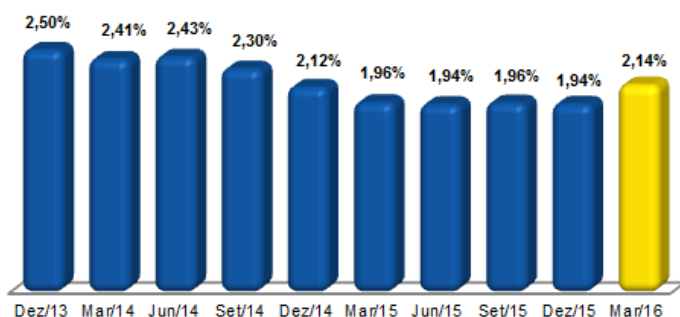
(1) Não considera juros e custos de transação, somente considera o principal. Para 2016, está sendo considerado o montante a ser amortizado no período de Abr/16 à Dez/16.

A Companhia vem trabalhando continuamente para melhorar o seu perfil de dívida, o que vem resultando numa gradual melhora no custo médio de financiamento. O custo marginal da dívida de longo prazo captada em 2015, considerando a 6ª Emissão de Debêntures e 5ª Emissão de Notas Promissórias, foi de 1,80% (ponderado) acima do CDI.

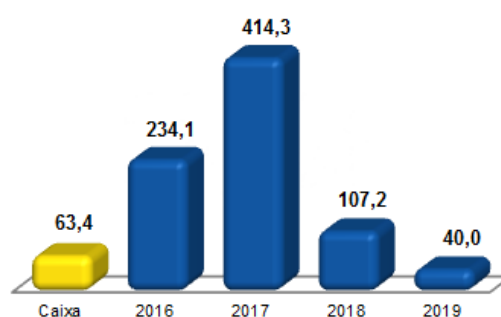
Como reflexo desse trabalho, a agência de classificação de risco *Fitch Ratings* elevou, em 04 de fevereiro de 2016, o *rating* corporativo da Companhia e das suas Emissões de Debêntures de A+ (bra) para AA-(bra) com perspectiva estável. Também foi concluído em Fev/16 o processo de captação de uma operação de capital de giro (operação 4.131 com *swap*) no montante de R\$60 milhões, pelo prazo de 1 ano e taxa de **CDI + 1,9% a.a.**

Em 31 de março de 2016, a Unidas possuía 29,4% do principal da sua dívida vencendo em 2016, enquanto 70,6% vencem no período compreendido entre 2017 e 2019, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Custo Médio Anual da Dívida (Spread CDI +)

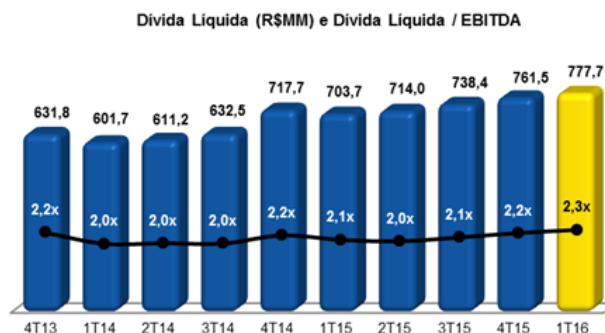
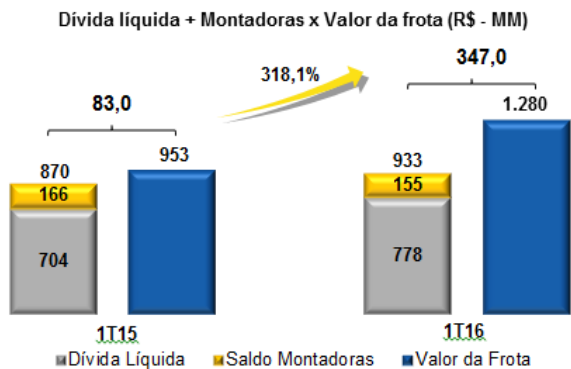


Escalonamento da Amortização do Principal da Dívida (R\$MM)\*



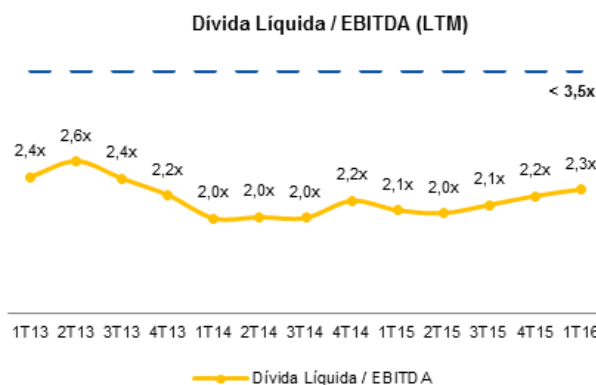
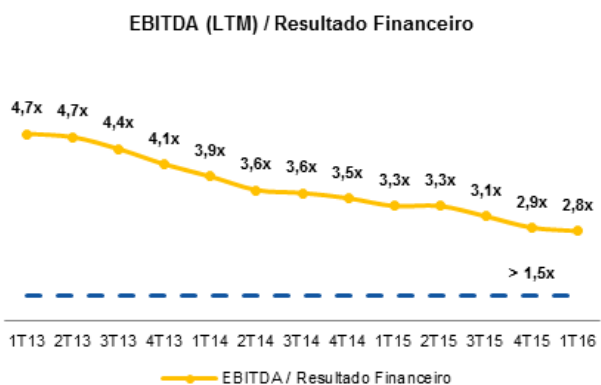
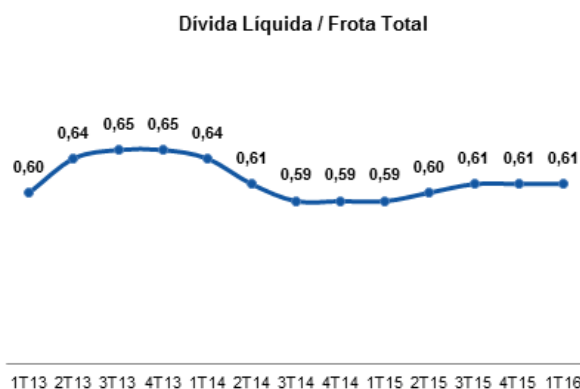
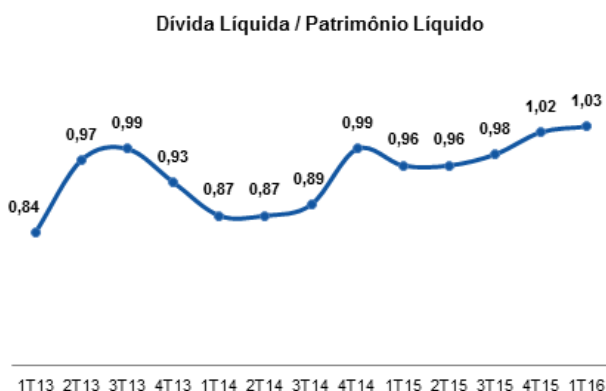
Demonstramos abaixo que o Ativo Imobilizado Líquido da Companhia compensa com folga o seu Endividamento Líquido mais o Passivo Total junto às montadoras.

Quanto ao indicador de Dívida Líquida sobre o EBITDA, aumentou ligeiramente para o patamar de 2,3x, devido ao aumento da Dívida Líquida no período.



No final do 1T16, a Companhia não possuía nenhum percentual da sua frota total alienada como garantia de empréstimo e financiamentos, o que confere à Companhia uma grande flexibilidade para ajustar a sua frota e gerar caixa quando necessário.

Abaixo demonstramos alguns indicadores financeiros da Companhia:




## 15 - DADOS OPERACIONAIS

Dados Operacionais	1T16	1T15	Var.
<b>Frota Média Operacional</b>			
Terceirização de Frota	17.508	17.954	(2,5) %
Aluguel de Carros	15.049	15.342	(1,9) %
Franquias	2.332	2.514	(7,2) %
<b>Total</b>	<b>34.889</b>	<b>35.810</b>	<b>(2,6) %</b>
<b>Frota Média Alugada</b>			
Terceirização de Frota	17.508	17.954	(2,5) %
Aluguel de Carros	11.640	11.252	3,4%
Franquias	2.332	2.514	(7,2) %
<b>Total</b>	<b>31.480</b>	<b>31.720</b>	<b>(0,8) %</b>
<b>Frota no Final do Período</b>			
Terceirização de Frota	21.248	20.901	1,7%
Aluguel de Carros	19.374	18.705	3,6%
Franquias	2.835	3.232	(12,3) %
<b>Total</b>	<b>43.457</b>	<b>42.838</b>	<b>1,4%</b>
<b>Idade Média da Frota em Operação (meses)</b>			
Terceirização de Frota	15,5	16,6	(6,6) %
Aluguel de Carros	10,7	9,9	8,1%
Franquias	10,9	8,1	34,6%
<b>Total</b>	<b>12,9</b>	<b>13,2</b>	<b>(2,3) %</b>
<b>Carros Comprados</b>			
Carros Comprados – Terceirização de Frota	1.115	1.981	(43,7) %
Carros Comprados – Aluguel de Carros	763	1.572	(51,5) %
Carros Comprados – Franquias	36	247	(85,4) %
<b>Carros Comprados - Total</b>	<b>1.914</b>	<b>3.800</b>	<b>(49,6) %</b>
Preço Médio – Terceirização de Frota (R\$ mil)	36,6	35,9	1,9%
Preço Médio – Aluguel de Carros (R\$ mil)	33,0	33,7	(2,1) %
Preço Médio – Franquias (R\$ mil)	45,1	32,9	37,1%
<b>Preço Médio – Total (R\$ mil)</b>	<b>35,3</b>	<b>34,8</b>	<b>1,4%</b>
<b>Carros Vendidos</b>			
Carros Vendidos – Terceirização de Frota	2.034	2.936	(30,7) %
Carros Vendidos – Aluguel de Carros	2.764	1.907	44,9%
Carros Vendidos – Franquias	356	445	(20,0) %
<b>Carros Vendidos - Total</b>	<b>5.154</b>	<b>5.288</b>	<b>(2,5) %</b>
Preço Médio – Terceirização de Frota (R\$ mil)	24,9	20,7	20,3%
Preço Médio – Aluguel de Carros (R\$ mil)	30,5	28,6	6,6%
Preço Médio – Franquias (R\$ mil)	27,3	27,3	-
<b>Preço Médio – Total (R\$ mil)</b>	<b>28,1</b>	<b>24,1</b>	<b>16,6%</b>
Idade Média dos Carros Vendidos (Meses)	24,1	31,2	(22,8) %

PONTOS DE ATENDIMENTO UNIDAS EM 31/03/16		
Região Brasil	Segmento	Nº Pontos
Sudeste	Aluguel de Carros - Rede Própria	58
	Aluguel de Carros - Franquias	46
	Venda de Veículos - Rede Própria	21
	Venda de Veículos - Franquias	16
	<b>Total Sudeste</b>	<b>141</b>
Sul	Aluguel de Carros - Rede Própria	11
	Aluguel de Carros - Franquias	19
	Venda de Veículos - Rede Própria	1
	Venda de Veículos - Franquias	2
	<b>Total Sul</b>	<b>33</b>
Nordeste	Aluguel de Carros - Rede Própria	20
	Aluguel de Carros - Franquias	16
	Venda de Veículos - Rede Própria	-
	Venda de Veículos - Franquias	1
	<b>Total Nordeste</b>	<b>37</b>
Centro-Oeste	Aluguel de Carros - Rede Própria	6
	Aluguel de Carros - Franquias	10
	Venda de Veículos - Rede Própria	-
	Venda de Veículos - Franquias	1
	<b>Total Centro-Oeste</b>	<b>17</b>
Norte	Aluguel de Carros - Rede Própria	2
	Aluguel de Carros - Franquias	16
	Venda de Veículos - Rede Própria	-
	Venda de Veículos - Franquias	1
	<b>Total Norte</b>	<b>19</b>
<b>Total</b>		<b>247</b>

## CONTATOS

 **GISOMAR MARINHO**  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

 Telefones: (11) 3155-4818

 E-mail: [ri@unidas.com.br](mailto:ri@unidas.com.br)

 Website: [www.unidas.com.br](http://www.unidas.com.br)

## AVISOS

*Esse material possui informações resumidas, sem intenção de serem completas. Maiores informações sobre a Unidas, suas atividades, situação econômico-financeira e riscos inerentes a sua atividade podem ser encontradas nas suas informações trimestrais – ITR, demonstrações financeiras e informações públicas.*

*As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e suposições porque se referem a eventos futuros, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Muitos dos fatores que irão determinar os valores e resultados futuros estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia.*

## ANEXO 1 – RESULTADO POR NEGÓCIO

Resultado Terceirização de Frota (R\$mil)	1T16	1T15
<b>Receita bruta<sup>1</sup></b>	<b>74.802</b>	<b>77.015</b>
Impostos sobre a receita	(6.416)	(6.802)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>68.386</b>	<b>70.213</b>
Custos operacionais (ex-depreciação)	(12.041)	(13.826)
<b>Lucro bruto</b>	<b>56.345</b>	<b>56.387</b>
Despesas operacionais (ex-depreciação)	(9.830)	(13.579)
<b>EBITDA</b>	<b>46.515</b>	<b>42.808</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>68,0%</b>	<b>61,0%</b>

Resultado Aluguel de Carros (RAC+FRANQUIAS) (R\$mil)	1T16	1T15
<b>Receita bruta<sup>1</sup></b>	<b>91.828</b>	<b>91.442</b>
Impostos sobre a receita	(7.877)	(8.076)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>83.951</b>	<b>83.366</b>
Custos operacionais (ex-depreciação)	(32.896)	(33.515)
<b>Lucro bruto</b>	<b>51.055</b>	<b>49.851</b>
Despesas operacionais (ex-depreciação)	(20.624)	(14.414)
<b>EBITDA</b>	<b>30.431</b>	<b>35.437</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>36,2%</b>	<b>42,4%</b>

Resultado Venda de Veículos (R\$mil)	1T16	1T15
<b>Receita bruta<sup>1</sup></b>	<b>144.705</b>	<b>127.608</b>
Impostos sobre a receita	(100)	(105)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>144.605</b>	<b>127.503</b>
Custos operacionais (ex-depreciação)	(131.623)	(113.679)
<b>Lucro bruto</b>	<b>12.982</b>	<b>13.824</b>
Despesas operacionais (ex-depreciação)	(4.826)	(3.747)
<b>EBITDA</b>	<b>8.156</b>	<b>10.077</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>5,6%</b>	<b>7,9%</b>

Resultado Consolidado (R\$mil)	1T16	1T15
<b>Receita bruta<sup>1</sup></b>	<b>311.335</b>	<b>296.065</b>
Impostos sobre a receita	(14.393)	(14.983)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>296.942</b>	<b>281.082</b>
Custos operacionais (ex-depreciação)	(176.560)	(161.020)
<b>Lucro bruto</b>	<b>120.382</b>	<b>120.062</b>
Despesas operacionais (ex-depreciação)	(35.280)	(31.740)
<b>EBITDA</b>	<b>85.102</b>	<b>88.322</b>
Depreciação e amortização	(36.973)	(46.318)
<b>EBIT</b>	<b>48.129</b>	<b>42.004</b>
Despesas financeiras, líquidas	(35.596)	(29.345)
<b>EBT</b>	<b>12.533</b>	<b>12.659</b>

(1) Receita bruta líquida dos descontos e cancelamentos.

## ANEXO 2 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO CONSOLIDADO DO PERÍODO

Resultado Consolidado (R\$mil)	1T16	1T15
<b>Receita líquida total</b>	<b>296.942</b>	<b>281.082</b>
Custos dos aluguéis e alienação para renovação de veículos	(210.298)	(204.511)
<b>Lucro bruto</b>	<b>86.644</b>	<b>76.571</b>
Comerciais	(18.195)	(12.805)
Gerais e Administrativas	(19.399)	(19.490)
Honorários da administração	(626)	(713)
Outras receitas (despesas) operacionais	(295)	(1.559)
<b>Total despesas operacionais</b>	<b>(38.515)</b>	<b>(34.567)</b>
<b>Lucro antes das receitas e despesas financeiras (EBIT)</b>	<b>48.129</b>	<b>42.004</b>
Receitas financeiras	48.500	14.187
Despesas financeiras	(84.096)	(43.532)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(35.596)</b>	<b>(29.345)</b>
<b>Lucro antes dos impostos sobre os lucros (EBT)</b>	<b>12.533</b>	<b>12.659</b>
Imposto corrente	(205)	(926)
Imposto diferido	(3.922)	(3.343)
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>8.406</b>	<b>8.390</b>

## ANEXO 3 – BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

ATIVO (R\$mil)	1T16	4T15
<b>CIRCULANTE</b>	<b>488.608</b>	<b>541.292</b>
Caixa e equivalentes de caixa	56.862	100.200
Aplicações financeiras	6.581	43.921
Instrumentos financeiros - <i>swap</i>	-	11.149
Contas a receber	234.700	229.226
Impostos e contribuições sociais a compensar	21.060	13.590
Despesas antecipadas	24.488	3.635
Veículos destinados à venda	138.937	134.705
Outros créditos	5.980	4.866
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.360.828</b>	<b>1.360.965</b>
Instrumentos financeiros - <i>swap</i>	-	1.098
Contas a receber	19.891	20.297
Impostos e contribuições sociais a compensar	3.024	3.024
Impostos diferidos	69.536	73.458
Depósitos judiciais	26.596	25.667
Outros créditos	1.374	4.739
Imobilizado	1.164.188	1.155.231
Intangíveis	76.219	77.451
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.849.436</b>	<b>1.902.257</b>

PASSIVO (R\$mil)	1T16	4T15
<b>CIRCULANTE</b>	<b>608.221</b>	<b>626.194</b>
Instrumentos financeiros - <i>swap</i>	7.058	-
Fornecedores	125.514	89.117
Empréstimos	53.884	88.998
Debêntures e notas promissórias	321.815	326.337
Securitização de contas a pagar	47.901	73.417
Imposto de renda e contribuição social a recolher	315	193
Tributos a recolher	6.763	1.880
Salários e encargos a pagar	8.681	7.236
Juros sobre capital próprio propostos	18.484	18.484
Débitos com partes relacionadas	-	-
Adiantamentos de clientes	8.711	9.052
Outras contas a pagar e provisões	9.095	11.480
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>483.964</b>	<b>527.434</b>
Instrumentos financeiros - <i>swap</i>	10.437	-
Empréstimos	94.669	102.336
Debêntures e notas promissórias	353.267	400.162
Provisão para riscos e discussões judiciais	25.591	24.936
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>757.251</b>	<b>748.629</b>
Capital social	744.025	744.025
Reserva de opções	3.782	3.566
Reserva de lucros	1.038	-
Prejuízos acumulados	8.406	1.038
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.849.436</b>	<b>1.902.257</b>

## ANEXO 4 – DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO DO PERÍODO

FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO (R\$mil)	1T16	1T15
<b>Caixa e equivalentes de caixa - Inicial</b>	<b>100.200</b>	<b>33.673</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do período	8.406	8.390
(+) Despesas não caixa	205.154	189.580
Variações nos ativos	(30.396)	(29.181)
Variações nos passivos	(1.263)	4.087
Aquisição de veículos, líquida do saldo a pagar a montadora de veículos	(161.195)	(122.523)
Aquisição de acessórios para veículos	(1.262)	(1.206)
<b>(=) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>19.444</b>	<b>49.147</b>
<b>Fluxo de caixa dos investimentos</b>		
Aquisição de outros imobilizados	(1.666)	(6.580)
Adição ao intangível	(329)	(1.326)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	37.340	5.387
<b>(=) Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos</b>	<b>35.345</b>	<b>(2.519)</b>
<b>Fluxo de caixa dos financiamentos</b>		
Empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos	60.000	70.000
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(158.127)	(74.037)
<b>(=) Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(98.127)</b>	<b>(4.037)</b>
<b>(=) Fluxo de caixa do período</b>	<b>(43.338)</b>	<b>42.591</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa - Final</b>	<b>56.862</b>	<b>76.264</b>

## ANEXO 5 – DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA LIVRE (FCL)

Caixa livre gerado - R\$ Mil	2012	2013	2014	2015	1T15	1T16
<b>Operações</b>						
<b>EBITDA</b>	<b>205.129</b>	<b>284.992</b>	<b>332.722</b>	<b>345.029</b>	<b>88.322</b>	<b>85.102</b>
Ajustes de Despesas Não Caixa	6.736	(1.857)	(5.857)	7.993	1.002	2.456
Receita na venda dos carros líquida de impostos	(276.427)	(311.981)	(418.223)	(517.767)	(126.871)	(144.007)
Custo depreciado dos carros baixados	249.269	277.940	363.715	457.464	110.764	128.108
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.629)	(8.981)	(5.354)	(6.171)	(797)	(6.171)
Varição do capital de giro	(11.783)	(32.917)	(20.535)	(23.815)	(24.297)	(25.488)
<b>Caixa livre gerado pelas operações de aluguel</b>	<b>170.295</b>	<b>207.196</b>	<b>246.468</b>	<b>262.733</b>	<b>48.123</b>	<b>40.000</b>
<b>CAPEX Renovação</b>						
Receita na venda dos carros líquida de impostos	276.427	311.981	418.223	517.767	126.871	144.007
Investimento em carros para renovação da frota	(427.514)	(512.638)	(773.855)	(674.323)	(132.938)	(178.116)
<b>Investimento líquido para renovação da frota</b>	<b>(151.087)</b>	<b>(200.657)</b>	<b>(355.632)</b>	<b>(156.556)</b>	<b>(6.067)</b>	<b>(34.109)</b>
Investimentos, outros imobilizados e intangíveis	(23.761)	(219.967)	(10.149)	(11.253)	(7.906)	(1.995)
<b>Caixa livre gerado antes do crescimento e juros</b>	<b>(4.553)</b>	<b>(213.428)</b>	<b>(119.313)</b>	<b>94.924</b>	<b>34.150</b>	<b>3.896</b>
<b>CAPEX Crescimento</b>						
Varição na conta de fornecedores de carros	3.782	(4.394)	131.739	(16.961)	9.209	15.659
<b>Crescimento da frota</b>	<b>3.782</b>	<b>(4.394)</b>	<b>131.739</b>	<b>(16.961)</b>	<b>9.209</b>	<b>15.659</b>
<b>Caixa livre antes dos juros</b>	<b>(771)</b>	<b>(217.822)</b>	<b>12.426</b>	<b>77.963</b>	<b>43.359</b>	<b>19.555</b>

# **Informações Trimestrais**

## **Unidas S.A. e Empresas Controladas**

31 de março de 2016 e 2015

# **Unidas S.A. e Empresas Controladas**

## **Informações Trimestrais**

31 de março de 2016 e 2015

### Índice

Comentário de desempenho

Balancos patrimoniais

Demonstrações de resultados

Demonstrações de resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas às informações trimestrais

Relatório dos auditores independentes

Declaração dos diretores sobre as informações trimestrais

Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes

# Unidas S.A. e Empresas Controladas

## Balancos patrimoniais

31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
<b>Ativo</b>				
<b>Ativo circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	57.310	98.881	56.862	100.200
Aplicações financeiras (Nota 11)	6.581	43.921	6.581	43.921
Instrumentos financeiros - <i>swap</i> (Nota 22)	-	11.149	-	11.149
Contas a receber (Nota 12)	125.518	119.205	234.700	229.226
Impostos e contribuições sociais a compensar (Nota 13)	17.160	12.768	21.060	13.590
Despesas antecipadas (Nota 14)	24.299	3.632	24.488	3.635
Créditos com partes relacionadas (Nota 15)	127.323	135.611	-	-
Veículos destinados a venda (Nota 17)	136.705	132.595	138.937	134.705
Outros créditos	4.705	4.255	5.980	4.866
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>499.601</b>	<b>562.017</b>	<b>488.608</b>	<b>541.292</b>
<b>Ativo não circulante</b>				
Instrumentos financeiros – <i>swap</i> (Nota 22)	-	1.098	-	1.098
Contas a receber (Nota 12)	18.449	19.074	19.891	20.297
Impostos e contribuições sociais a compensar (Nota 13)	2.076	2.076	3.024	3.024
Impostos diferidos (Nota 24)	56.891	60.679	69.536	73.458
Depósitos judiciais (Nota 25)	25.236	24.990	26.596	25.667
Outros créditos	1.363	4.729	1.374	4.739
Investimentos (Nota 16)	43.664	42.586	-	-
Imobilizado (Nota 18)	1.149.336	1.140.292	1.164.188	1.155.231
Intangíveis (Nota 19)	76.129	77.353	76.219	77.451
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>1.373.144</b>	<b>1.372.877</b>	<b>1.360.828</b>	<b>1.360.965</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.872.745</b>	<b>1.934.894</b>	<b>1.849.436</b>	<b>1.902.257</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

# Unidas S.A. e Empresas Controladas

## Balancos patrimoniais

31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>				
<b>Passivo circulante</b>				
Fornecedores (Nota 20)	120.573	80.303	125.514	89.117
Empréstimos (Nota 22)	53.884	88.998	53.884	88.998
Debêntures e notas promissórias (Nota 23)	321.815	326.337	321.815	326.337
Securitização de contas a pagar (Nota 21)	47.901	73.417	47.901	73.417
Imposto de renda e contribuição social a recolher	112	-	315	193
Tributos a recolher	4.363	1.114	6.763	1.880
Salários e encargos a pagar	4.180	3.304	8.681	7.236
Juros sobre capital próprio propostos (Nota 26f)	18.484	18.484	18.484	18.484
Débitos com partes relacionadas (Nota 15)	33.582	46.159	-	-
Adiantamentos de clientes	8.711	9.052	8.711	9.052
Provisão para perda com investimento (Nota 16)	8.025	8.019	-	-
Outras contas a pagar e provisões	5.682	6.340	9.095	11.480
Instrumentos financeiros – <i>swap</i> (Nota 22)	7.058	-	7.058	-
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>634.370</b>	<b>661.527</b>	<b>608.221</b>	<b>626.194</b>
<b>Passivo não circulante</b>				
Empréstimos (Nota 22)	94.669	102.336	94.669	102.336
Debêntures e notas promissórias (Nota 23)	353.267	400.162	353.267	400.162
Provisão para riscos e discussões judiciais (Nota 25)	22.751	22.240	25.591	24.936
Instrumentos financeiros – <i>swap</i> (Nota 22)	10.437	-	10.437	-
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>481.124</b>	<b>524.738</b>	<b>483.964</b>	<b>527.434</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social (Nota 26a)	744.025	744.025	744.025	744.025
Reserva de opções (Nota 27c)	3.782	3.566	3.782	3.566
Reserva de legal (Nota 26d)	1.038	1.038	1.038	1.038
Lucros acumulados	8.406	-	8.406	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>757.251</b>	<b>748.629</b>	<b>757.251</b>	<b>748.629</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>1.872.745</b>	<b>1.934.894</b>	<b>1.849.436</b>	<b>1.902.257</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

# Unidas S.A. e Empresas Controladas

## Demonstrações de resultados

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto o resultado por ação)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Receita líquida (Nota 28)	<b>248.687</b>	239.834	<b>296.942</b>	281.082
Custos dos aluguéis e alienação para renovação de veículos da frota (Nota 29)	<b>(177.977)</b>	(177.099)	<b>(210.298)</b>	(204.511)
<b>Lucro bruto</b>	<b>70.710</b>	62.735	<b>86.644</b>	76.571
Comerciais (Nota 30)	<b>(9.411)</b>	(7.099)	<b>(18.195)</b>	(12.805)
Gerais e administrativas (Nota 31)	<b>(14.307)</b>	(10.969)	<b>(19.399)</b>	(19.490)
Honorários da administração (Nota 15)	<b>(529)</b>	(525)	<b>(626)</b>	(713)
Equivalência patrimonial (Nota 16)	<b>1.073</b>	(862)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	<b>219</b>	(1.470)	<b>(295)</b>	(1.559)
<b>Lucro antes das receitas e despesas financeiras</b>	<b>47.755</b>	41.810	<b>48.129</b>	42.004
Despesas financeiras (Nota 32)	<b>(83.530)</b>	(42.499)	<b>(84.096)</b>	(43.532)
Receitas financeiras (Nota 33)	<b>47.969</b>	13.976	<b>48.500</b>	14.187
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(35.561)</b>	(28.523)	<b>(35.596)</b>	(29.345)
<b>Lucro antes dos impostos sobre os lucros</b>	<b>12.194</b>	13.287	<b>12.533</b>	12.659
Imposto corrente (Nota 24)	-	-	<b>(205)</b>	(926)
Imposto diferido (Nota 24)	<b>(3.788)</b>	(4.897)	<b>(3.922)</b>	(3.343)
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>8.406</b>	8.390	<b>8.406</b>	8.390
Resultado por ação – básico (em R\$) (Nota 26e)	<b>0,16</b>	0,16	<b>0,16</b>	0,16
Resultado por ação – diluído (em R\$) (Nota 26e)	<b>0,15</b>	0,15	<b>0,15</b>	0,15

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

## Unidas S.A. e Empresas Controladas

### Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>31/03/2016</b>	<b>31/03/2015</b>
Lucro líquido do período	<b>8.406</b>	8.390
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total dos resultados abrangentes</b>	<b>8.406</b>	<b>8.390</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

## Unidas S.A. e Empresas Controladas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Períodos de três meses findos em 31 de março de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado					Total
	Capital social	Opções de ações outorgadas	Reserva de capital – ágio	Reserva legal	(Prejuízos) Lucros acumulados	
<b>Saldos em 1º. de janeiro de 2015</b>	<b>744.025</b>	<b>2.702</b>	<b>33.431</b>	<b>-</b>	<b>(55.640)</b>	<b>724.518</b>
Remuneração com base em ações	-	217	-	-	-	217
Lucro líquido do período	-	-	-	-	8.390	8.390
<b>Saldos em 31 de março de 2015</b>	<b>744.025</b>	<b>2.919</b>	<b>33.431</b>	<b>-</b>	<b>(47.250)</b>	<b>733.125</b>
<b>Saldos em 1º. de janeiro de 2016</b>	<b>744.025</b>	<b>3.566</b>	<b>-</b>	<b>1.038</b>	<b>-</b>	<b>748.629</b>
Remuneração com base em ações	-	216	-	-	-	216
Lucro líquido do período	-	-	-	-	8.406	8.406
<b>Saldos em 31 de março de 2016</b>	<b>744.025</b>	<b>3.782</b>	<b>-</b>	<b>1.038</b>	<b>8.406</b>	<b>757.251</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

# Unidas S.A. e Empresas Controladas

## Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro líquido do exercício	8.406	8.390	8.406	8.390
Depreciação e amortização	35.828	45.277	36.970	46.060
Provisão de veículos roubados e sinistrados	3.258	5.114	3.258	5.114
Valor residual dos veículos destinados a venda e de outros ativos imobilizados	127.928	110.337	127.928	111.023
Equivalência patrimonial	(1.073)	862	-	-
Provisão (reversão) para riscos e discussões judiciais	512	955	656	1.023
Reversão de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(693)	(6.784)	(1.673)	(5.352)
Despesa de <i>stock options</i>	216	217	216	217
Variações cambiais e monetárias, líquidas	4.654	555	4.654	555
Despesas com juros, líquidas	29.017	26.671	29.017	26.671
Despesas de imposto de renda e contribuição social	-	-	205	926
Despesa com imposto de renda e contribuição social diferidos	3.788	4.897	3.922	3.343
	<b>211.841</b>	<b>196.491</b>	<b>213.559</b>	<b>197.970</b>
Aumento das contas a receber	(4.995)	(6.344)	(3.395)	(10.157)
(Aumento) redução em impostos e contribuições sociais a compensar	(4.392)	(264)	(7.470)	(380)
Aumento (redução) em outros ativos circulantes e não circulantes	(9.709)	(19.462)	(19.531)	(18.644)
Aumento em fornecedores (exceto montadoras de veículos)	(909)	2.356	(4.782)	4.309
Redução (aumento) em imposto de renda e contribuição a recolher	4.049	-	6.088	28
Aumento (redução) em tributos a recolher	3.249	436	4.883	(868)
Aumento (redução) em salários e encargos sociais a pagar, adiantamentos de clientes, débitos com partes relacionadas e outros passivos circulantes e não circulantes, exceto títulos a pagar	(12.701)	(7.051)	(1.282)	1.415
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(3.937)	-	(6.171)	(797)
Aquisição de veículos, líquido do saldo a pagar	(161.071)	(122.523)	(161.193)	(122.523)
Aquisição de acessórios para veículos	(1.242)	(1.140)	(1.262)	(1.206)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>20.183</b>	<b>42.499</b>	<b>19.444</b>	<b>49.147</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aquisição de outros imobilizados	(639)	(690)	(1.666)	(6.580)
Adição ao intangível	(328)	(1.322)	(329)	(1.326)
Resgate de títulos e valores mobiliários	37.340	5.387	37.340	5.387
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos</b>	<b>36.373</b>	<b>3.375</b>	<b>35.345</b>	<b>(2.519)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Empréstimos, debêntures e notas promissórias captados	60.000	70.000	60.000	70.000
Pagamentos de empréstimos e debêntures	(132.762)	(49.443)	(132.762)	(49.443)
Pagamento de juros	(30.734)	(24.594)	(30.734)	(24.594)
Liquidação de operações com derivativos	5.369	-	5.369	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(98.127)</b>	<b>(4.037)</b>	<b>(98.127)</b>	<b>(4.037)</b>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(41.571)	41.837	(43.338)	42.591
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	98.881	31.666	100.200	33.673
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	57.310	73.503	56.862	76.264
<b>Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(41.571)</b>	<b>41.837</b>	<b>(43.338)</b>	<b>42.591</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

# Unidas S.A. e Empresas Controladas

## Demonstrações do valor adicionado

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
<b>Receitas</b>				
Receita bruta de locação e venda de veículos	261.491	257.599	316.962	309.618
Descontos e cancelamentos	(2.265)	(6.108)	(5.627)	(13.553)
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa e perda com incobráveis	(3.839)	(2.345)	(6.582)	(4.128)
	<b>255.387</b>	<b>249.146</b>	<b>304.753</b>	<b>291.937</b>
Insumos adquiridos de terceiros (inclui icms, pis e cofins)				
Custos dos aluguéis	(18.084)	(21.303)	(32.432)	(33.920)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.752)	(4.942)	(7.297)	(7.589)
Comerciais e publicidade	(4.746)	(4.754)	(9.531)	(8.677)
Valor residual dos veículos destinados a venda	(127.928)	(110.337)	(127.928)	(111.023)
	<b>(155.510)</b>	<b>(141.336)</b>	<b>(177.188)</b>	<b>(161.209)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>99.877</b>	<b>107.810</b>	<b>127.565</b>	<b>130.728</b>
Depreciação e amortização	(35.828)	(45.277)	(36.970)	(46.060)
Provisão de veículos roubados e sinistrados	(3.258)	(5.114)	(3.258)	(5.114)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	<b>60.791</b>	<b>57.419</b>	<b>87.337</b>	<b>79.554</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>				
Resultado de equivalência patrimonial	1.073	(862)	-	-
Receitas financeiras	47.969	13.976	48.500	14.187
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>49.042</b>	<b>13.114</b>	<b>48.500</b>	<b>14.187</b>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>109.833</b>	<b>70.533</b>	<b>135.837</b>	<b>93.741</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
Pessoal				
Remuneração direta	7.014	6.024	15.129	14.393
Benefícios	1.522	1.462	4.371	4.002
FGTS	178	309	881	752
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	7.159	9.646	13.037	13.849
Estaduais	-	-	-	6
Municipais	88	57	134	116
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	29.742	29.790	29.888	29.848
Aluguéis	1.936	2.146	9.783	8.701
Despesas de Swap	36.671	-	36.671	-
Variações monetárias e cambiais passivas	15.773	12.176	15.773	12.172
Outras despesas financeiras	1.344	533	1.764	1.512
Lucro líquido do exercício	8.406	8.390	8.406	8.390
<b>Valor adicionado total distribuído</b>	<b>109.833</b>	<b>70.533</b>	<b>135.837</b>	<b>93.741</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

# Unidas S.A. e Empresas Controladas

## Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1 Contexto operacional

A Unidas S.A. (a seguir designada “Companhia” ou “Unidas”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, com sede social em São Paulo – SP, na rua Cincinato Braga, 388 – Bela Vista.

A Companhia tem por objeto social: (a) a locação de veículos automotores e equipamentos; (b) a concessão de licenças para uso de sua marca de locação e do sistema operacional de locação; (c) o uso sob licença, ou sub licenciamento de marcas de locação e do sistema operacional de locação das empresas da Companhia societário ou de terceiros; (d) o agenciamento de publicidade em veículos de comunicação e a prestação de serviços de propaganda e marketing; (e) a prestação de serviços de transporte em geral, sob qualquer título e modalidade; (f) a prestação de serviços de terceirização de frotas, com o respectivo gerenciamento de seus veículos e equipamentos componentes, bem como do pessoal e dos recursos humanos que os operam; (g) a prestação de serviços gráficos; (h) a participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou sócia quotista; (i) a locação e sublocação de motocicletas e outros meios de transporte. Como parte de seu programa de renovação de frotas, a Companhia vende seus veículos usados.

Em 31 de março de 2016, a estrutura da Companhia incluindo seus franqueados, era composta de: 247 pontos de atendimento, dos quais 97 eram lojas próprias de aluguel de carros e 22 lojas próprias de venda de seminovos, ambos operados pela Unidas e 128 empresas franqueadas, sendo 107 lojas de aluguel de carros e 21 lojas de vendas de seminovos. O sistema de franquias da Unidas é administrado pela controlada Unidas Franquias do Brasil S.A.

Na mesma data, a frota total no final do período da Unidas era composta por: 43.457 veículos (42.838 veículos em 31 de março de 2015), sendo 21.248 no negócio de aluguel e administração de frotas (“fleet”) e 22.209 pertencentes ao negócio de locação de veículos (“rent a car” ou “RAC”). A frota do “rent a car” é renovada após sua vida útil econômica, que normalmente varia de 12 a 24 meses, sendo uma parte significativa vendida a consumidores finais através de 43 lojas (próprias e franqueadas) de alienação de veículos para renovação da frota, localizadas em 8 Estados do Brasil.

O segmento de aluguel e administração de frotas é direcionado para empresas. O período de locação de veículos para frota varia de 12 a 48 meses. Os contratos são rescindíveis mediante comunicação prévia de 30 dias e multas contratuais que variam de 50% a 25% dos pagamentos a vencer, dependendo dos prazos de contratação e cláusulas de renovação. A frota do “fleet” é renovada após sua vida útil econômica, que normalmente varia de 12 a 48 meses.

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de março de 2016 foi negativo na controladora e no consolidado, em R\$ 134.769 e R\$ 119.613, respectivamente (R\$ 99.510 e R\$ 84.902 negativos, respectivamente, em 31 de dezembro de 2015). A Administração entende que esta posição reflete uma situação temporária e não se trata de um item significativo, uma vez que não deixará de honrar com suas obrigações, sejam

de curto ou de longo prazo. Nesse sentido, a Administração vem atuando intensamente no processo de alongamento do prazo médio da dívida, na preservação da liquidez e no aumento da geração de caixa.

## 2 Bases de consolidação

As informações consolidadas em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro 2015 incluem as operações da Companhia e das seguintes controladas, cuja participação percentual nas datas dos balanços é assim resumida:

Empresas	Participação		Atividade principal	Localização
	% Direta	% Indireta		
Unidas Comercial de Veículos Ltda.	99,99	-	Comércio de veículos usados	São Paulo
Unidas Locadora de Veículos Ltda.	99,99	-	Locação de veículos – “Rent a Car”	São Paulo
Unidas Franquias do Brasil S.A.	-	99,99	Locação de Veículos e Terceirização de frotas	São Paulo

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data na qual a Companhia obtém o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir.

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizadas, oriundos de transações intragrupo são eliminados por completo.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

## 3 Base de preparação

### Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A emissão das informações trimestrais individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria Executiva em 03 de maio de 2016.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, incluindo as mudanças durante o ano, estão apresentadas nas notas explicativas 7 e 8, respectivamente.

## **4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas informações trimestrais individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **5 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas informações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia, e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### **a. Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 18 – Imobilizado (depreciação de veículos e definição do valor residual).

### **b. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no trimestre findo em 31 de março de 2016 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 12 – Contas a receber (movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”));
- Nota explicativa 17 – Veículos destinados a venda (provisão para veículos roubados e sinistrados e definição do valor residual);
- Nota explicativa 18 – Imobilizado (depreciação de veículos e definição do valor residual);
- Nota explicativa 24 – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos (disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Notas explicativa 25 – Provisão para riscos e discussões judiciais.

### **c. Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo para reportar ao diretor financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das informações trimestrais em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 17 – Veículos destinados a venda;
- Nota explicativa 18 – Imobilizado;
- Nota explicativa 27 – Plano de remuneração baseado em ações;
- Nota explicativa 34 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros.

## **6 Base de mensuração**

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Nota explicativa 17 – Veículos destinados a venda;
- Nota explicativa 18 – Imobilizado;
- Nota explicativa 27 – Plano de remuneração baseado em ações;
- Nota explicativa 34 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros.

## **7 Mudanças nas políticas contábeis**

Não ocorreram mudanças nas políticas contábeis com impactos relevantes para a Companhia e controladas, desta forma, a Companhia tem aplicado consistentemente as políticas contábeis descritas na nota explicativa 8 a todos os períodos apresentados nestas informações trimestrais individuais e consolidadas.

## **8 Principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo:

## **a. Base de consolidação**

### ***i. Controladas***

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações trimestrais de controladas são incluídas nas informações trimestrais consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas informações trimestrais individuais da controladora, as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

### ***ii. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial***

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

### ***iii. Transações eliminadas na consolidação***

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

## **b. Receita operacional**

### ***i. Venda de bens***

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

### ***ii. Prestação de serviços***

A Companhia está envolvida na realização de serviços relacionados. Quando serviços incluídos em um mesmo acordo são prestados em períodos diferentes, a receita é alocada com base nos valores justos relativos de cada serviço.

A Companhia reconhece a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do

serviço na data do balanço. A receita de locações é reconhecida *pro rata temporis* em função da vigência do contrato de locação.

### **iii. Tributação sobre as receitas**

As receitas de aluguel de veículos estão sujeitas ao Programa de Integração Social - PIS (1,65%) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS (7,60%).

As receitas decorrentes da venda de veículos são exclusivamente sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, quando os veículos são vendidos em menos de 12 meses da data de aquisição, a alíquotas variáveis de acordo com o Estado em que opera.

As respectivas receitas se apresentam líquidas dos referidos encargos na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes do critério de apuração pela não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos aluguéis na demonstração do resultado. Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre as vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

### **c. Receitas e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receitas de juros;
- Despesas de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas líquidos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e
- Perdas por imparidade em ativos financeiros (que não contas a receber).

As receitas e as despesas de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

### **d. Benefícios a empregados**

#### **i. Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

## **ii. Transações de pagamento baseado em ações**

O valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesa de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e condições de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que realmente atendam às condições de serviço e condições de desempenho na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para os prêmios de pagamento baseados em ações que não contenham condições de aquisição (*non-vesting conditions*), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é mensurado novamente a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.

## **iii. Outros benefícios de longo prazo a empregados**

A obrigação líquida da Companhia em relação a outros benefícios de longo prazo a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Remensurações são reconhecidas no resultado do período.

## **iv. Benefícios de término de vínculo empregatício**

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando a Companhia reconhece os custos de uma reestruturação. Caso pagamentos sejam liquidados depois de 12 meses da data do balanço, então eles são descontados aos seus valores presentes.

## **e. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

### ***i. Imposto corrente***

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

### ***ii. Imposto diferido***

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de informações trimestrais e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

### ***f. Veículos destinados à venda***

O estoque de veículos fora de frota que se destinam à venda estão avaliados ao custo, líquido da depreciação acumulada até a data da retirada da frota, ou valor líquido estimado de realização, dos dois o menor. São classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda, em vez de por meio do uso contínuo. Esta condição é considerada cumprida quando a venda for provável e o veículo estiver disponível para venda imediata na sua condição atual. Esses bens não são depreciados.

## **g. Imobilizado**

### ***i. Reconhecimento e mensuração***

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (imparidade).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

### ***ii. Depreciação***

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens (exceção ao item veículos). A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Os veículos destinados à locação são depreciados linearmente de acordo com um método econômico que considera o valor estimado de realização destes veículos na data esperada de venda. Desta forma, as taxas de depreciação variam de veículo para veículo, de acordo com a data em que foi comprado, o valor pago e a data e o valor estimado de venda. A vida útil dos veículos é revisada mensalmente, e ajustada quando aplicável. Efeitos decorrentes de eventuais alterações nessas estimativas, se relevantes, são tratados como mudança de estimativas contábeis e reconhecidos de forma prospectiva no resultado.

A depreciação dos veículos compõe o custo dos aluguéis e veículos vendidos, e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil dos ativos), são incluídos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado.

As vidas úteis médias estimadas nos exercícios de 31 de março de 2016 e 31 de dezembro 2015 são as seguintes:

• Veículos	1,5 a 3 anos
• Acessórios	1,5 a 3 anos
• Máquinas e equipamentos	10 anos
• Instalações	10 anos
• Móveis e utensílios	10 anos
• Computadores e periféricos	5 anos
• Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos
• Outros ativos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

## **h. Intangíveis**

### **i. Ágio**

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

### **ii. Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

### **iii. Amortização**

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis médias estimadas exercícios de 31 de março de 2016 e 31 de dezembro 2015 são as seguintes:

• Software	5 anos
• Direito de uso de marcas	5 anos
• Acordo de não competição	5 anos
• Carteira de clientes	11 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

## **i. Instrumentos financeiros**

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

### **i. Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## ***ii. Ativos financeiros não derivativos – mensuração***

### **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

### **Empréstimos e recebíveis**

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

### **Caixa e equivalentes de caixa**

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Os investimentos financeiros são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, resgatáveis em período menor que 90 dias.

## ***iii. Passivos financeiros não derivativos – mensuração***

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

#### ***iv. Capital social***

##### **Ações ordinárias**

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

#### ***v. Instrumentos financeiros derivativos***

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

#### ***j. Redução ao valor recuperável (imparidade)***

##### ***i. Ativos financeiros não-derivativos***

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de imparidade.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que a mesma não consideraria em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

##### **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

### **Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial**

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

### **ii. Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

### **k. Provisões**

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no

tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira, quando materiais.

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e é mais provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

## I. Arrendamentos

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento.

Os ativos mantidos sob arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

## m. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar.

## n. Demonstrações dos fluxos de caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa. Os efeitos não caixa que não afetaram a DFC estão apresentados como divulgação suplementar abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/12/2015
Demonstração do caixa pago pela aquisição de veículos				
<b>Total de aquisições de veículos</b>	<b>(176.734)</b>	(131.732)	<b>(176.856)</b>	(131.732)
Saldo inicial do exercício (*)	<b>139.733</b>	156.694	<b>139.733</b>	156.694
Saldo final do exercício (*)	<b>155.396</b>	165.903	<b>155.396</b>	165.903
	<b>15.663</b>	9.209	<b>15.663</b>	9.209
<b>Caixa pago na aquisição de veículos</b>	<b>(161.071)</b>	(122.523)	<b>(161.193)</b>	(122.523)

(\*) O saldo inicial e final do exercício trata-se da soma das linhas de fornecedores - montadoras de veículos (Nota explicativa 20), e securitização de contas a pagar (Nota explicativa 21).

## 9 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017 e não foram adotadas na preparação destas informações trimestrais. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia ainda não analisou os potenciais impactos da adoção destas novas normas e não planeja adotá-las de forma antecipada.

### **IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros)**

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (*Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*). A IFRS 9 inclui orientação revisada sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

### **IFRS 15 - *Revenue from Contracts with Customers* (Receita de Contratos com Clientes)**

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.

### **IFRS 16 – *Leases* (Arrendamentos)**

A IFRS 16 exige uma entidade a reconhecer que a maioria dos arrendamentos nos quais a Companhia é arrendatária deverão estar reconhecidos no balanço, reconhecendo novos ativos e passivos. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2019 e substituirá a IAS 17 – Arrendamentos, com adoção antecipada permitida.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas informações trimestrais consolidadas da Companhia.

- IFRS 14 - *Regulatory Deferral Accounts* (Contas Regulatórias de Diferimento);
- *Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38);
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 – várias normas;
- *Disclosure Initiative* (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas informações trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## 10 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	8.603	3.578	7.311	2.773
Certificado de depósitos bancários (CDB's)	15.517	22.183	15.517	22.183
Debêntures compromissadas	31.289	71.289	31.690	72.975
Fundo de investimento	2.098	2.043	2.546	2.478
(-) Prov. IRRF s/ aplicações financeiras	(197)	(212)	(202)	(209)
	<b>57.310</b>	<b>98.881</b>	<b>56.862</b>	<b>100.200</b>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros de curto prazo. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

Os investimentos financeiros correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito, são remuneradas em condições e taxas normais de mercado de até 105% do CDI em 31 de março de 2016 (até 101% em 31 de dezembro de 2015), e mensuradas ao valor justo em contrapartida do resultado e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata.

As debêntures compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra por parte dos bancos, e de revenda pelo cliente, com taxas e prazos pré-determinados.

Parte dos títulos relativos às debêntures compromissadas estão classificados como "Caixa e equivalentes de caixa", por possuírem prazo de carência inferior a 90 dias para resgate ou por serem considerados ativos financeiros com garantia de resgate imediato.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 34.

## 11 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Fundo de investimento	6.581	43.921	6.581	43.921
	<b>6.581</b>	<b>43.921</b>	<b>6.581</b>	<b>43.921</b>

Refere-se a fundo de investimento, que reflete as condições usuais de mercado, e na data do Balanço Patrimonial, possui liquidez imediata desde que seja repostado de acordo com o que determina o agente fiduciário, e não possui risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros, sendo remunerado com taxas de até 100% do CDI, e mensurado ao valor justo em contrapartida do resultado. Esse fundo é destinado ao pagamento do serviço da dívida das emissões de debêntures da Companhia, apresentadas na nota explicativa 23.

## 12 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Locações	91.323	101.648	183.524	187.232
A faturar	3.774	5.439	28.194	38.077
Carros alienados para renovação da frota	51.877	34.892	52.049	35.063
Outros valores a receber	-	-	15	15
	<b>146.974</b>	141.979	<b>263.782</b>	260.387
(-) Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	<b>(3.007)</b>	(3.700)	<b>(9.191)</b>	(10.864)
	<b>143.967</b>	138.279	<b>254.591</b>	249.523
Ativo circulante	125.518	119.205	234.700	229.226
Ativo não circulante	18.449	19.074	19.891	20.297

A abertura do saldo por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
A faturar	3.774	3.446	28.205	36.095
Faturados:				
A vencer	82.555	84.917	126.476	127.613
Vencidos				
1 a 30 dias	9.880	12.057	22.397	23.298
31 a 60 dias	6.174	5.968	10.702	9.803
61 a 90 dias	5.137	3.496	11.002	5.188
91 a 120 dias	3.466	3.242	6.923	4.610
121 a 365 dias	23.448	18.218	36.407	34.527
Vencidos há mais de 1 ano	12.540	10.635	21.670	19.253
	<b>146.974</b>	141.979	<b>263.782</b>	260.387

A movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Saldos no início do período	(3.700)	(16.036)	(10.864)	(18.740)
Constituição da perda estimada (a)	(1.948)	(5.582)	(2.936)	(10.444)
(-) Reversões	2.641	17.918	4.609	18.320
Saldo no final do período	<b>(3.007)</b>	(3.700)	<b>(9.191)</b>	(10.864)

- (a) A constituição da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é apresentada como redução das contas a receber. É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber, incluindo principalmente saldos vencidos há mais de um ano, análise do histórico de perda, análise individual de determinados clientes e cobranças em discussão judicial.

## 13 Impostos e contribuições sociais a compensar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
IRRF sobre serviços prestados	136	131	136	131
IRRF sobre aplicações financeiras	6.015	8.999	6.035	9.011
IRPJ a compensar	5.193	2.138	6.404	2.733
CSLL a compensar	1.632	1.291	2.074	1.505
PIS/COFINS (a)	6.083	2.109	9.260	3.059
Outros	177	176	175	175
	<b>19.236</b>	14.844	<b>24.084</b>	16.614
Ativo circulante	17.160	12.768	21.060	13.590
Ativo não circulante	2.076	2.076	3.024	3.024

- (a) Os créditos de PIS/COFINS em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro 2015 referem-se, principalmente, ao registro de créditos extemporâneos sobre gastos com publicidade e propaganda, despesas com terceirização de serviços de tecnologia da informação e benefícios à empregados.

## 14 Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Prêmios de seguros	3.903	597	3.903	597
Seguros obrigatórios e licenciamentos de veículos	3.791	695	3.791	695
IPVA	12.839	-	12.839	-
Gastos com preparação de veículos usados	1.605	1.351	1.605	1.351
Despachantes	624	584	624	584
Outras	1.537	405	1.726	408
	<b>24.299</b>	<b>3.632</b>	<b>24.488</b>	<b>3.635</b>

## 15 Divulgações sobre partes relacionadas

### Controladas

Conforme mencionado na Nota Explicativa 2, a Companhia possui as seguintes controladas:

- Unidas Locadora de Veículos Ltda.  
Controlada sediada no Brasil, que conduz o negócio “rent a car” ou “RAC”. A Unidas S.A. detém participação societária de 99,99% na Unidas Locadora de Veículos Ltda. em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015;
- Unidas Comercial de Veículos Ltda.  
Controlada sediada no Brasil, que conduz o negócio de venda de veículos alienados para renovação da frota que os clientes oferecem como parte de pagamento na compra realizada na Unidas S.A. A Unidas S.A. detém participação societária de 99,99% na Unidas Comercial de Veículos Ltda. em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015;
- Unidas Franquias do Brasil S.A.  
Controlada indireta sediada no Brasil, que conduz o negócio de Franquias. A controlada Unidas Locadora de veículos Ltda. detém participação societária de 99,99% na Unidas Franquias do Brasil S.A. em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

### Acionistas

- Principal – Gestão de Activos e Consultoria Administrativa e Financeira, S.A.  
A Principal, empresa sediada em Portugal, detém participação societária de 34,7% na Unidas S.A. em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015;
- Kinea I Private Equity Fundo de Investimento em Participações e o Kinea Co-Investimento II.  
Empresas sediadas no Brasil, que detém, respectivamente, participação societária de 5,4% e 16,3% na Unidas S.A. em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015. São empresas geridas pela Kinea, Investimentos Ltda., uma empresa de investimentos alternativos do Grupo Itaú com gestão e operação independentes;

- Vinci Capital Partners II Fundo de Investimento em Participações  
Fundo situado no Brasil, que detém participação societária de 21,8% na Unidas S.A. em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015. O Vinci Capital Partners é gerido pela Vinci Partners Investimentos Ltda., empresa independente com atuação especializada em serviços de gestão de investimentos alternativos e assessoria financeira;
- GIF IV Fundo de Investimento em Participações.  
Fundo situado no Brasil, que detém participação societária de 21,8% na Unidas S.A. em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015. O GIF IV Fundo de Investimento em Participações é gerido pela Gávea Investimentos Ltda.

Os saldos e transações realizadas com partes relacionadas em 31 de março de 2016 e 2015 e 31 de dezembro de 2015 estão demonstrados a seguir:

<b>Partes Relacionadas</b>	<b>Ano</b>	<b>Receitas</b>	<b>Custos</b>	<b>Valores a receber</b>	<b>Valores a pagar</b>
<b>Controladas</b>					
Unidas Locadora de Veículos Ltda. (a)	<b>31/03/2016</b>	<b>53.227</b>	<b>(8.297)</b>	<b>110.149</b>	<b>12.097</b>
	31/12/2015	(*)	(*)	118.342	24.616
	31/03/2015	54.009	(5.731)	(*)	(*)
Unidas Comercial de Veículos Ltda. (b)	<b>31/03/2016</b>	-	-	<b>9.853</b>	-
	31/12/2015	(*)	(*)	9.928	-
Unidas Franquias do Brasil S.A. (c)	<b>31/03/2016</b>	<b>31</b>	-	<b>7.321</b>	<b>21.485</b>
	31/12/2015	(*)	(*)	7.341	21.543
	31/03/2015	25	-	(*)	(*)
<b>Controladora e empresas ligadas</b>					
Principal – Gestão de Activos e Consultoria Administrativa e Financeira, S.A. (d)	<b>31/03/2016</b>	-	-	-	<b>5.761</b>
	31/12/2015	-	-	-	5.761
Kinea I Private Equity FIP (d)	<b>31/03/2016</b>	-	-	-	<b>1.060</b>
	31/12/2015	-	-	-	1.060
Kinea Co-Investimento II FIP (d)	<b>31/03/2016</b>	-	-	-	<b>3.181</b>
	31/12/2015	-	-	-	3.181
Vinci Capital Partners II FIP (d)	<b>31/03/2016</b>	-	-	-	<b>4.241</b>
	31/12/2015	-	-	-	4.241
GIF IV FIP (d)	<b>31/03/2016</b>	-	-	-	<b>4.241</b>
	31/12/2015	-	-	-	4.241
<b>Consolidado</b>	<b>31/03/2016</b>	-	-	-	<b>18.484</b>
	<b>Circulante</b>	-	-	-	<b>18.484</b>
	31/12/2015	-	-	-	18.484
	Circulante	-	-	-	18.484
<b>Controladora</b>	<b>31/03/2016</b>	<b>53.258</b>	<b>(8.297)</b>	<b>127.323</b>	<b>52.066</b>
	<b>Circulante</b>	-	-	<b>127.323</b>	<b>52.066</b>
	31/12/2015	(*)	(*)	135.611	64.643
	Circulante	(*)	(*)	135.611	64.643
	31/03/2015	54.009	(5.731)	(*)	(*)
	Circulante	-	-	(*)	(*)

- (a) O saldo a receber refere-se a locação de veículos e despesas indiretas incorridas pela Companhia em favor da Controlada e sem remuneração, que serão liquidadas futuramente. O saldo a pagar refere-se a despesas incorridas pela Controlada em favor da Companhia, sem remuneração e que serão liquidadas futuramente. Os valores que afetaram o resultado referem-se a receitas de locação e custos indiretos.

- (b) O saldo a receber refere-se a despesas indiretas incorridas pela Companhia em favor da controlada, sem remuneração e que serão liquidadas futuramente.
- (c) O saldo a receber refere-se a despesas indiretas incorridas pela Companhia em favor da controlada, sem remuneração e que serão liquidadas futuramente. O saldo a pagar refere-se a despesas incorridas pela controlada em favor da Companhia, sem remuneração e que serão liquidadas futuramente. Os valores que afetaram o resultado referem-se ao repasse dos custos indiretos da Companhia para a Controlada Indireta, tais como despesas com pessoal, ocupação e serviços terceirizados.
- (d) O saldo refere-se à Juros sobre capital próprio propostos, aprovados em 20 de abril de 2016 e serão distribuídos aos acionistas até 30 de junho de 2016.

(\*) Para manter a comparabilidade, apresentamos no quadro acima as informações de resultado em 31 de março de 2016 e 2015, e, para fins de balanço 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Em 31 de março de 2016, as despesas incorridas pela Companhia em favor das suas controladas ou coligadas, referem-se a custos operacionais de naturezas diversas, bem como compartilhamento de gastos entre as investidas, para o ressarcimento de despesas tais como salários e encargos trabalhistas, suportando as atividades administrativas destas empresas.

### Termos e condições de transações com partes relacionadas

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas em condições firmadas entre as partes. Os saldos em aberto em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 não têm garantias, não estão sujeitos a juros e serão liquidados em dinheiro. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer valores a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. No trimestre findo em 31 de março de 2016 e exercício findo 31 de dezembro 2015, a Companhia não contabilizou qualquer perda por redução ao valor recuperável das contas a receber relacionadas com os valores devidos por partes relacionadas. Essa avaliação é realizada a cada exercício social ou quando há algum indicativo de perda por redução ao valor recuperável, examinando-se a posição financeira da parte relacionada e do mercado no qual a parte relacionada atua.

### Transações com outras partes relacionadas

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, reconhecidas no trimestre findo em 31 de março de 2016 da controladora e do consolidado, totalizaram R\$529 e R\$626 (R\$525 e R\$713 em 31 de março de 2015), respectivamente.

A Assembleia Geral Ordinária determinou a fixação do pró-labore mensal e global aos diretores e membros do Conselho de Administração de até R\$ 5.954 para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 7.808 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

## **16 Investimentos**

As participações em sociedades controladas foram avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, tomando por base as informações trimestrais das empresas controladas em 31 de março de 2016, considerando os seguintes percentuais de participação:

	Participação no Capital Integralizado %	Equivalência Patrimonial		Valor do Investimento		Provisão para perda com investimento	
		31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
<b>Controladas</b>							
Unidas Locadora de Veículos Ltda.	99,99%	<b>1.078</b>	(867)	<b>43.664</b>	42.586	-	-
Unidas Comercial de Veículos Ltda.	99,99%	(5)	5	-	-	<b>(8.025)</b>	(8.019)
		<b>1.073</b>	(862)	<b>43.664</b>	42.586	<b>(8.025)</b>	(8.019)

### **Informações sobre as controladas**

	Unidas Locadora		Unidas Comercial		Unidas Franquias (a)	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Ativo	<b>168.893</b>	178.261	<b>6.957</b>	6.487	<b>26.281</b>	24.627
Passivo	<b>125.229</b>	135.675	<b>14.982</b>	14.506	<b>10.630</b>	9.908
Patrimônio Líquido	<b>43.664</b>	42.586	<b>(8.025)</b>	(8.019)	<b>15.651</b>	14.719
Lucro Líquido (prejuízo) do período (3 meses)	<b>1.078</b>	(11.255)	<b>(5)</b>	(88)	<b>930</b>	3.036

(a) Controlada indireta da Unidas S.A.

## **17 Veículos destinados a venda**

	Controladora				
	Veículos destinados à venda (a)	Veículos roubados ou sinistrados	Provisão de veículos roubados (b)	Provisão de veículos sinistrados (b)	Total
<b>Em 31/12/2015 - Custo</b>	<b>150.581</b>	<b>70.293</b>	-	-	<b>220.874</b>
Alienações	(164.282)	-	-	-	(164.282)
Transferência do imobilizado	169.580	1.014	-	-	170.594
<b>Em 31/03/2016 - Custo</b>	<b>155.879</b>	<b>71.307</b>	-	-	<b>227.186</b>
<b>Em 31/12/2015 - Depreciação acumulada e provisões</b>	<b>(28.776)</b>	<b>(9.457)</b>	<b>(49.259)</b>	<b>(787)</b>	<b>(88.279)</b>
Constituição de provisão para veículos roubados ou sinistrados	-	-	(3.256)	(2)	(3.258)
Alienações	36.354	-	-	-	36.354
Transferência do imobilizado	(35.324)	26	-	-	(35.298)
<b>Em 31/03/2016 - Depreciação acumulada e provisões</b>	<b>(27.746)</b>	<b>(9.431)</b>	<b>(52.515)</b>	<b>(789)</b>	<b>(90.481)</b>
<b>Valor residual líquido:</b>					
<b>Em 31/03/2016</b>	<b>128.133</b>	<b>61.876</b>	<b>(52.515)</b>	<b>(789)</b>	<b>136.705</b>
Em 31/12/2015	121.805	60.836	(49.259)	(787)	132.595

	Consolidado				
	Veículos destinados à venda (a)	Veículos roubados ou sinistrados	Provisão de veículos roubados (b)	Provisão de veículos sinistrados (b)	Total
<b>Em 31/12/2015 - Custo</b>	<b>152.687</b>	<b>70.293</b>	-	-	<b>222.980</b>
Adições	122	-	-	-	122
Alienações	(164.282)	-	-	-	(164.282)
Transferência do imobilizado	169.580	1.014	-	-	170.594
<b>Em 31/03/2016- Custo</b>	<b>158.107</b>	<b>71.307</b>	-	-	<b>229.414</b>
<b>Em 31/12/2015 - Depreciação acumulada e provisões</b>	<b>(28.772)</b>	<b>(9.457)</b>	<b>(49.259)</b>	<b>(787)</b>	<b>(88.275)</b>

Constituição de provisão para veículos roubados ou sinistrados	-	-	(3.256)	(2)	(3.258)
Alienações	36.354	-	-	-	36.354
Transferência do imobilizado	(35.324)	26	-	-	(35.298)
<b>Em 31/03/2016 - Depreciação acumulada e provisões</b>	<b>(27.742)</b>	<b>(9.431)</b>	<b>(52.515)</b>	<b>(789)</b>	<b>(90.477)</b>
<b>Valor residual líquido:</b>					
<b>Em 31/03/2016</b>	<b>130.365</b>	<b>61.876</b>	<b>(52.515)</b>	<b>(789)</b>	<b>138.937</b>
Em 31/12/2015	123.915	60.836	(49.259)	(787)	134.705

- (a) Os veículos destinados à venda, estão registrados pelo custo, líquido da depreciação acumulada até a data da retirada da frota, ou valor líquido estimado de realização, dos dois o menor.
- (b) A provisão para veículos roubados e sinistrados refere-se exclusivamente aos veículos roubados ou sinistrados para os quais não há cobertura de seguros.

## 18 Imobilizado

### Controladora

	Veículos	Veículos em preparação	Acessórios	Máq./Equip.	Instalações	Móv./Utens	Comp./Perif.	Benf.Imoveis Terc.	Outros ativos	Imóveis	Total
<b>Custo ou avaliação:</b>											
<b>Em 31/12/2015</b>	<b>1.227.218</b>	<b>39.406</b>	<b>17.728</b>	<b>832</b>	<b>1.356</b>	<b>3.423</b>	<b>9.009</b>	<b>12.781</b>	<b>2.236</b>	<b>1.000</b>	<b>1.314.989</b>
Adições	115.169	61.565	1.242	13	-	29	376	220	1	-	178.615
Alienações	-	-	(530)	-	-	-	-	-	-	-	(530)
Transferência	39.406	(39.406)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência (Bens destinados a venda)	(170.594)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(170.594)
<b>Em 31/03/2016</b>	<b>1.211.199</b>	<b>61.565</b>	<b>18.440</b>	<b>845</b>	<b>1.356</b>	<b>3.452</b>	<b>9.385</b>	<b>13.001</b>	<b>2.237</b>	<b>1.000</b>	<b>1.322.480</b>
<b>Depreciação acumulada:</b>											
<b>Em 31/12/2015</b>	<b>(143.965)</b>	<b>-</b>	<b>(8.541)</b>	<b>(570)</b>	<b>(1.246)</b>	<b>(2.329)</b>	<b>(6.678)</b>	<b>(10.074)</b>	<b>(1.244)</b>	<b>(50)</b>	<b>(174.697)</b>
Depreciação	(31.818)	-	(1.886)	(12)	(11)	(52)	(200)	(248)	(39)	(10)	(34.276)
Alienações	-	-	531	-	-	-	-	-	-	-	531
Transferência (Bens destinados a venda)	35.298	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35.298
<b>Em 31/03/2016</b>	<b>(140.485)</b>	<b>-</b>	<b>(9.896)</b>	<b>(582)</b>	<b>(1.257)</b>	<b>(2.381)</b>	<b>(6.878)</b>	<b>(10.322)</b>	<b>(1.283)</b>	<b>(60)</b>	<b>(173.144)</b>
<b>Valor residual líquido:</b>											
<b>Em 31/03/2016</b>	<b>1.070.714</b>	<b>61.565</b>	<b>8.544</b>	<b>263</b>	<b>99</b>	<b>1.071</b>	<b>2.507</b>	<b>2.679</b>	<b>954</b>	<b>940</b>	<b>1.149.336</b>
Em 31/12/2015	1.083.253	39.406	9.187	262	110	1.094	2.331	2.707	992	950	1.140.292

### Consolidado

	Veículos	Veículos em preparação	Acessórios	Máq./Equip.	Instalações	Móv./Utens	Comp./Perif.	Benf.Imoveis Terc.	Outros ativos	Imóveis	Total
<b>Custo ou avaliação:</b>											
<b>Em 31/12/2015</b>	<b>1.227.233</b>	<b>39.406</b>	<b>18.485</b>	<b>1.190</b>	<b>2.368</b>	<b>5.359</b>	<b>11.790</b>	<b>30.390</b>	<b>6.806</b>	<b>1.000</b>	<b>1.344.027</b>
Adições	115.169	61.565	1.262	106	-	128	418	554	460	-	179.662
Alienações	-	-	(531)	-	-	-	-	-	-	-	(531)
Transferência	39.406	(39.406)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência (Bens destinados a venda)	(170.594)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(170.594)
<b>Em 31/03/2016</b>	<b>1.211.214</b>	<b>61.565</b>	<b>19.216</b>	<b>1.296</b>	<b>2.368</b>	<b>5.487</b>	<b>12.208</b>	<b>30.944</b>	<b>7.266</b>	<b>1.000</b>	<b>1.352.564</b>
<b>Depreciação acumulada:</b>											
<b>Em 31/12/2015</b>	<b>(143.965)</b>	<b>-</b>	<b>(8.725)</b>	<b>(702)</b>	<b>(2.093)</b>	<b>(3.137)</b>	<b>(8.466)</b>	<b>(19.278)</b>	<b>(2.380)</b>	<b>(50)</b>	<b>(188.796)</b>
Depreciação	(31.818)	-	(1.920)	(21)	(49)	(94)	(291)	(992)	(214)	(10)	(35.409)
Alienações	-	-	531	-	-	-	-	-	-	-	531
Transferência (Bens destinados a venda)	35.298	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35.298
<b>Em 31/03/2016</b>	<b>(140.485)</b>	<b>-</b>	<b>(10.114)</b>	<b>(723)</b>	<b>(2.142)</b>	<b>(3.231)</b>	<b>(8.757)</b>	<b>(20.270)</b>	<b>(2.594)</b>	<b>(60)</b>	<b>(188.376)</b>
<b>Valor residual líquido:</b>											
<b>Em 31/03/2016</b>	<b>1.070.729</b>	<b>61.565</b>	<b>9.102</b>	<b>573</b>	<b>226</b>	<b>2.256</b>	<b>3.451</b>	<b>10.674</b>	<b>4.672</b>	<b>940</b>	<b>1.164.188</b>
Em 31/12/2015	1.083.268	39.406	9.760	488	275	2.222	3.324	11.112	4.426	950	1.155.231

<b>Controladora e Consolidado</b>		
<b>Taxas médias anuais de depreciação</b>		
	<b>31/03/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Veículos	8,1%	10,4%
Acessórios	42,2%	41,3%
Máquinas e equipamentos	10%	10%
Instalações	10%	10%
Móveis e utensílios	10%	10%
Computadores e periféricos	20%	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	20%
Outros ativos	20%	20%
Imóveis	4%	4%

A Companhia adota o procedimento de revisar periodicamente as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados e revisa periodicamente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação de suas taxas de depreciação e amortização.

No comparativo destas informações trimestrais houve redução do custo de depreciação da frota, devido principalmente a redução da frota média operacional e a compra de veículos novos em condições comerciais vantajosas gerando uma depreciação inferior no comparativo entre os períodos.

## 19 Intangíveis

### Controladora

	Software	Direito de uso de marca	Acordo de não competição	Ágio	Carteira de clientes	Total
<b>Custo:</b>						
Em 31/12/2015	26.313	10.224	729	48.841	17.991	104.098
Adições (a)	328	-	-	-	-	328
Em 31/03/2016	26.641	10.224	729	48.841	17.991	104.426
<b>Amortização acumulada:</b>						
Em 31/12/2015	(18.197)	(4.095)	(363)	-	(4.090)	(26.745)
Amortização	(730)	(377)	(36)	-	(409)	(1.552)
Em 31/03/2016	(18.927)	(4.472)	(399)	-	(4.499)	(28.297)
<b>Valor residual líquido:</b>						
Em 31/03/2016	7.714	5.752	330	48.841	13.492	76.129
Em 31/12/2015	8.116	6.129	366	48.841	13.901	77.353

### Consolidado

	Software	Direito de uso de marca	Acordo de não competição	Ágio	Carteira de clientes	Total
<b>Custo:</b>						
Em 31/12/2015	27.739	10.223	728	48.843	17.991	105.524
Adições (a)	329	-	-	-	-	329
Em 31/03/2016	28.068	10.223	728	48.843	17.991	105.853
<b>Amortização acumulada:</b>						
Em 31/12/2015	(19.531)	(4.090)	(362)	-	(4.090)	(28.073)
Amortização	(738)	(378)	(36)	-	(409)	(1.561)
Em 31/03/2016	(20.269)	(4.468)	(398)	-	(4.499)	(29.634)
<b>Valor residual líquido:</b>						
Em 31/03/2016	7.799	5.755	330	48.843	13.492	76.219
Em 31/12/2015	8.208	6.133	366	48.843	13.901	77.451

(a) Refere-se principalmente a desenvolvimento de software do sistema operacional e administrativo da Companhia e controladas.

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>Taxas médias anuais de amortização</b>	
	<b>31/03/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Software	20%	20%
Direito de uso de marca	14,78%	14,78%
Acordo de não competição	20%	20%
Carteira de clientes	9,09%	9,09%

### **Teste da redução ao valor recuperável do ágio (imparidade)**

O valor recuperável do ágio, proveniente da aquisição da Companhia Best Fleet, foi definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesas de vendas e o seu valor em uso, com base no valor presente do fluxo de caixa na data-base de 31 de dezembro de 2015.

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da administração, ou seja, no orçamento da Companhia e nas expectativas da administração em relação ao futuro do negócio e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

<b><i>Em percentual</i></b>	<b>2015</b>
Taxa de desconto	12,4%
Taxa de crescimento do PIB	(3,1%)
Inflação	9,9%
Taxa de crescimento estimado para o (EBITDA) (média para os próximos cinco anos)	6,5%

A taxa de desconto foi estimada a valor presente do fluxo de caixa projetado e o fluxo de caixa perpétuo foi elaborado utilizando o custo médio ponderado de capital.

As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para cinco anos e uma taxa de crescimento na perpetuidade após este período. A taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada com base na estimativa da taxa anual composta de crescimento de longo prazo do EBITDA, a qual a Administração acredita estar consistente com a premissa que um participante de mercado utilizaria.

O EBITDA projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

- Projeção da receita levando em consideração as estimativas da Companhia de incremento na frota operacional média ao longo do período projetivo, do *ticket* médio de aluguel por veículo/mês, do volume de vendas estimado e do preço médio de venda.
- Segregação da projeção dos custos operacionais entre custo com locação de veículos, que contempla gastos com a frota e depreciação, e custo de desmobilização de veículos, considerando 78,6% da receita líquida de venda em dezembro de 2015 e, a partir de 2016, foi projetado em 90,1% da receita líquida de venda.

- Segregação da projeção das despesas operacionais entre gastos com pessoal e despesas administrativas, considerando o crescimento equivalente a inflação, e despesas comerciais projetadas com base na receita líquida.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido foram projetados de acordo com as alíquotas vigentes na data-base da avaliação que foi em 31 de dezembro de 2015.

O valor recuperável estimado para a Companhia de acordo com o cálculo do valor econômico efetuado foi superior ao seu valor contábil, não identificamos indícios de perda de valor.

## 20 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Montadoras de veículos	107.495	66.316	107.495	66.316
Serviços de mecânica e manutenção	3.413	4.907	3.842	6.419
Serviços de sublocação	1.325	636	1.847	800
Propaganda e marketing	670	610	671	610
Diversos fornecedores	7.670	7.834	11.659	14.972
	<b>120.573</b>	<b>80.303</b>	<b>125.514</b>	<b>89.117</b>

## 21 Securitização de contas a pagar

Este saldo refere-se a securitização de contas a pagar decorrentes de compra de veículos para renovação da frota junto às montadoras, em que a montadora efetuou o desconto de tais títulos junto aos bancos, operação denominada também "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco, que, por sua vez, passará a ser o credor da operação. Essa operação não alterou significativamente os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos. O prazo médio de negociação da Companhia é de 90 dias com taxa média de 1,07% a.m.

## 22 Empréstimos

Modalidade	Vencimento	Encargos anuais médios	Moeda	Controladora e Consolidado		
				31/03/2016	31/12/2015	
<b>Moeda Estrangeira</b>						
Safra	Capital de Giro	Mar/16	VC+2,58%	USD	-	25.702
Itaú	Capital de Giro	Mar/16	VC+1,43%	USD	-	50.667
Santander	Capital de Giro	Mar/16	VC+2,02%	USD	-	12.629
HSBC	Capital de Giro	Fev/17	VC+2,49%	USD	53.884	-
Santander	Capital de Giro	Mai/17	VC+5,02%	USD	94.669	102.336
<b>Total em moeda estrangeira</b>					<b>148.553</b>	<b>191.334</b>
<b>Passivo circulante</b>					<b>53.884</b>	<b>88.998</b>
<b>Passivo não circulante</b>					<b>94.669</b>	<b>102.336</b>

Modalidade	Vencimento	Encargos anuais médios	Moeda	Controladora e Consolidado		
				31/03/2016	31/12/2015	
<b>Instrumentos financeiros - swap</b>						
Safra	Capital de Giro-Swap	Mar/16	CDI+0,59%	USD	-	(3.445)
Itaú	Capital de Giro-Swap	Mar/16	CDI+0,59%	USD	-	(6.132)
Santander	Capital de Giro-Swap	Mar/16	CDI+0,37%	USD	-	(1.572)
HSBC	Capital de Giro-Swap	Fev/17	CDI+1,90%	USD	7.058	-

Santander	Capital de Giro-Swap	Mai/17	CDI+2,30%	USD	10.437	(1.098)
<b>Total Swap em moeda estrangeira</b>					<b>17.495</b>	<b>(12.247)</b>
<b>Passivo (Ativo) circulante</b>					<b>7.058</b>	<b>(11.149)</b>
<b>Passivo (Ativo) não circulante</b>					<b>10.437</b>	<b>(1.098)</b>
<b>Empréstimos líquidos dos instrumentos financeiros</b>					<b>166.048</b>	<b>179.087</b>

Todos os empréstimos mencionados acima possuem contratos de *swap*, protegendo 100% do valor do principal mais encargos, contra as variações cambiais nas captações em moeda estrangeira, cujos mesmos foram mensurados e contabilizados pelos seus valores justos na data base da demonstração financeira. Os empréstimos não possuem garantias ou cláusulas de antecipação do vencimento (*covenants*).

## 23 Debêntures e notas promissórias

												Controladora e Consolidado	
												31/03/2016	31/12/2015
Indexador	Juros	Principal circulante	Principal não circulante	Custos de transação incorridos	Custos de transação apropriados	Custos de transação a apropriar - circulante	Custos de transação a apropriar - não circulante	Custos de transação a apropriar - Total	Total circulante	Total não circulante	Total da dívida	Total da dívida	
Debêntures 2ª Emissão 1ª Série	CDI 2,90% a.a	3.205	96.923	-	5.962	5.266	(696)	(696)	99.433	-	99.433	132.683	
Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	IPCA 8,39% a.a	22.633	20.000	-	1.136	1.003	(132)	(132)	42.501	-	42.501	40.353	
Debêntures 3ª Emissão	CDI 1,80% a.a	533	34.272	34.320	746	460	(149)	(137)	34.656	34.183	68.839	89.374	
Debêntures 4ª Emissão	CDI 1,80% a.a	11.388	100.000	100.000	940	553	(235)	(152)	111.153	99.848	211.001	203.403	
Debêntures 5ª Emissão	CDI 1,81% a.a	789	-	120.000	1.013	315	(199)	(498)	589	119.502	120.091	124.663	
Debêntures 6ª Emissão	CDI 1,70% a.a	2.575	-	100.000	616	150	(200)	(266)	2.375	99.734	102.109	106.138	
Notas Promissórias 5ª Emissão	CDI 2,30% a.a	1.358	30.000	-	340	92	(250)	(250)	31.108	-	31.108	29.885	
		<b>42.481</b>	<b>281.195</b>	<b>354.320</b>	<b>10.753</b>	<b>7.839</b>	<b>(1.861)</b>	<b>(1.053)</b>	<b>(2.914)</b>	<b>321.815</b>	<b>353.267</b>	<b>675.082</b>	<b>726.499</b>

### a) 2ª Emissão de Debêntures

Em 15 de outubro de 2011, a Companhia realizou oferta pública de distribuição de 50.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10 perfazendo o montante de R\$500.000, sob a coordenação do Banco BTG Pactual S.A., do Banco de Investimento S.A., do Banco Bradesco BBI S.A. e do BES Investimento do Brasil S.A.

A emissão e a oferta pública foram realizadas com base nas deliberações da reunião do Conselho de Administração e da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 16 de dezembro de 2011, sendo aprovada a constituição de garantias reais por parte da Companhia em favor dos Debenturistas, sendo que tais garantias consistem na cessão fiduciária de direitos creditórios provenientes de contratos de locação de frota da Companhia, equivalente a 50% do saldo devedor das debêntures, e na alienação fiduciária dos recursos depositados no Fundo de Investimento "Renda Fixa Crédito Privado Unidas Sinking Fund", destinados ao pagamento do serviço da dívida das debêntures.

A data de vencimento das debêntures da 1ª Série e a data de vencimento das debêntures da 2ª Série é de cinco anos a contar da data de emissão (15 de outubro de 2011), com vencimento final em 15 de outubro de 2016.

Sobre o saldo devedor do valor nominal unitário das debêntures da 1ª série incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa CDI, acrescida exponencialmente da sobretaxa equivalente a 2,90% ao ano, com amortizações trimestrais do valor nominal a partir de 15 de outubro de 2013 (sendo os juros remuneratórios pagos trimestralmente a partir de 15 de janeiro de 2012).

Sobre o saldo devedor do valor nominal unitário das debêntures da 2ª série atualizado a partir da data de emissão pela variação do IPCA, incidem juros remuneratórios prefixados, correspondentes a 8,39% ao ano, com amortizações anuais do valor nominal a partir de 15 de outubro de 2013 (sendo os juros remuneratórios pagos anualmente a partir de 15 de outubro de 2012).

A Companhia, durante o prazo de vigência das debêntures, está sujeita ao cumprimento de determinados índices e limites financeiros relacionados a endividamento e alavancagem, apurados trimestralmente pelo agente fiduciário com base nas Demonstrações financeiras consolidadas em até cinco dias úteis após a divulgação à CVM, quer sejam:

- i. Relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA não superior a 3,5;
- ii. Relação EBITDA/Resultado Financeiro não inferior a 1,5; e
- iii. Alienação de seus veículos que, individual ou conjuntamente, durante a vigência das Debêntures, resultem em uma redução da receita operacional líquida consolidada da Companhia durante os 12 meses anteriores ao encerramento de cada trimestre superior a 30% em relação à receita operacional líquida consolidada da Companhia durante o período de 12 meses anteriores a 30 de junho de 2011 (corrigida anualmente conforme a variação do IPCA desde 30 de junho de 2011), exceto se os recursos obtidos com a alienação forem aplicados na compra de outros veículos para renovação de frota. O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente pela Companhia e informado ao agente fiduciário para sua verificação, com base nas Demonstrações financeiras consolidadas da Companhia levando-se em conta as receitas operacionais consolidadas durante os 12 meses anteriores ao encerramento de cada trimestre.

A condição contratual e o cumprimento dos índices e limites financeiros em 31 de março de 2016 são apresentados a seguir:

Condição contratual	Índice	
	Restrição	Atingido
(i) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA	< 3,50	2,22
(ii) Índice obtido da divisão do EBITDA pelo resultado financeiro	> 1,50	2,70
(iii) Não pode haver redução de 30% da receita operacional entre o período de 12 meses anteriores a 30 de junho de 2011	(30%)	13%

Em 31 de março de 2016 a Companhia estava em cumprimento com todos os índices e limites financeiros previstos.

#### b) 3ª Emissão de Debêntures

Em 20 de fevereiro de 2013, a Companhia realizou oferta pública com esforços restritos de distribuição de 12.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10 perfazendo o montante de R\$120.000, sob a coordenação do BES Investimento do Brasil S.A.

A emissão e a oferta pública com esforços restritos foram realizadas com base nas deliberações da reunião do Conselho de Administração e da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 20 de março de 2013, sendo aprovada a constituição de garantias reais e garantias adicionais reais por parte da Companhia em favor dos Debenturistas, sendo que tais garantias consistem na cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pela Companhia.

A data de vencimento das debêntures da 3ª Emissão é de cinco anos a contar da data de emissão (11 de março de 2013), com vencimento final em 11 de março de 2018.

Sobre o saldo devedor do valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das Taxas médias diárias dos DI- Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", acrescida exponencialmente da sobretaxa equivalente a 1,80% ao ano, com amortizações semestrais do valor nominal a partir de 11 de março de 2015.

A Companhia, durante o prazo de vigência das debêntures, está sujeita ao cumprimento de determinados índices e limites financeiros relacionados a endividamento e alavancagem, apurados trimestralmente pelo agente fiduciário com base nas Demonstrações financeiras consolidadas em até cinco dias úteis após a divulgação à CVM, quer sejam:

i. Relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA ajustado menor ou igual a 3,5;

ii. Relação EBITDA ajustado/Resultado Financeiro maior ou igual a 1,5; e

iii. A Alienação de seus veículos que, individual ou conjuntamente, durante a vigência das Debêntures, resultem em uma redução da receita operacional líquida consolidada da Companhia durante os 12 meses anteriores ao encerramento de cada trimestre superior a 30% em relação à receita operacional líquida consolidada da Companhia durante o período de 12 meses anteriores a 31 de dezembro de 2012 (corrigida anualmente conforme a variação do IPCA desde 31 de dezembro de 2012), exceto se os recursos obtidos com a alienação forem aplicados na compra de outros veículos para renovação de frota. O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente pela Companhia e informado ao agente fiduciário para sua verificação, com base nas Demonstrações financeiras consolidadas da Companhia levando-se em conta as receitas operacionais consolidadas durante os 12 meses anteriores ao encerramento de cada trimestre.

O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente pela Companhia e informado ao agente fiduciário para sua verificação, com base nas Demonstrações financeiras consolidadas da Companhia levando-se em conta as receitas operacionais consolidadas durante os 12 meses anteriores ao encerramento de cada trimestre.

A condição contratual e o cumprimento dos índices e limites financeiros em 31 de março de 2016 são apresentados a seguir:

Condição contratual	Índice	
	Restrição	Atingido
(i) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA Ajustado	<3,50	0,86
(ii) Índice obtido da divisão do EBITDA Ajustado pelo resultado financeiro	>1,50	6,96
(iii) Não pode haver redução de 30% da receita operacional entre o período de 12 meses anteriores a 31 de dezembro de 2012	(30%)	32%

Em 31 de março de 2016 a Companhia estava em cumprimento com todos os índices e limites financeiros previstos.

c) 4ª Emissão de Debêntures

Em 04 de novembro de 2013, a Companhia realizou a oferta pública com esforços restritos de distribuição de 20.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 10 perfazendo o montante de R\$ 200.000, sob a coordenação do Banco do Brasil S.A.

A emissão e a oferta pública com esforços restritos foram realizadas com base nas deliberações da reunião do Conselho de Administração e da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 01 de novembro de 2013, sendo aprovada a constituição de garantias reais por parte da Companhia em favor dos Debenturistas, sendo que tais garantias consistem na cessão fiduciária de direitos creditórios provenientes de contratos de locação de frota da Companhia, equivalente a 50% do saldo devedor das debêntures, direitos creditórios provenientes de cartão de crédito e aplicação financeira em títulos CDB compromissadas.

A data de vencimento das debêntures da 4ª Emissão é de quatro anos a contar da data de emissão (14 de novembro de 2013), com vencimento final em 14 de novembro de 2017.

Sobre o saldo devedor do valor nominal unitário das debêntures da 4ª série incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa CDI, acrescida exponencialmente da sobretaxa equivalente a 1,80% ao ano, com amortizações anuais do valor nominal a partir de 14 de novembro de 2016 (sendo os juros remuneratórios pagos semestralmente a partir de 14 de maio de 2014).

A Companhia, durante o prazo de vigência das debêntures, está sujeita ao cumprimento de determinados índices e limites financeiros relacionados a endividamento e alavancagem, apurados trimestralmente pelo agente fiduciário com base nas Demonstrações financeiras consolidadas em até cinco dias úteis após a divulgação à CVM, quer sejam:

- i. Relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA não superior a 3,5;
- ii. Relação EBITDA/Resultado Financeiro não inferior a 1,5; e
- iii. Alienação de seus veículos que, individual ou conjuntamente, durante a vigência das Debêntures, resultem em uma redução da receita operacional líquida consolidada da Companhia durante os 12 meses anteriores ao encerramento de cada trimestre superior a 30% em relação à receita operacional líquida consolidada da Companhia durante o período de 12 meses anteriores a 31 de dezembro de 2012 (corrigida anualmente conforme a variação do IPCA desde 31 de dezembro de 2012), exceto se os recursos obtidos com a alienação forem aplicados na compra de outros veículos para renovação de frota. O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente pela Companhia e informado ao agente fiduciário para sua verificação, com base nas Demonstrações financeiras consolidadas da Companhia levando-se em conta as receitas operacionais consolidadas durante os 12 meses anteriores ao encerramento de cada trimestre.

A condição contratual e o cumprimento dos índices e limites financeiros em 31 de março de 2016 são apresentados a seguir:

Condição contratual	Índice	
	Restrição	Atingido
(i) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA	<3,50	2,22
(ii) Índice obtido da divisão do EBITDA pelo resultado financeiro	>1,50	2,70
(iii) Não pode haver redução de 30% da receita operacional entre o período de 12 meses anteriores a 31 de dezembro de 2012	(30%)	32%

Em 31 de março de 2016 a Companhia estava em cumprimento com todos os índices e limites financeiros previstos.

d) 5ª Emissão de Debêntures

Em 15 de setembro de 2014, a Companhia realizou oferta pública com esforços restritos de distribuição de 12.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10 perfazendo o montante de R\$120.000, sob a coordenação do Banco BTG Pactual S.A.

A emissão e a oferta pública com esforços restritos foram realizadas com base nas deliberações da reunião do Conselho de Administração e da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 11 de agosto de 2014, sendo aprovada a constituição de garantias flutuantes por parte da Companhia em favor dos Debenturistas.

A data de vencimento das debêntures da 5ª Emissão é de cinco anos a contar da data de emissão (15 de setembro de 2014), com vencimento final em 15 de setembro de 2019.

Sobre o saldo devedor do valor nominal unitário das debêntures da 5ª série incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa CDI, acrescida exponencialmente da sobretaxa equivalente a 1,81% ao ano, com amortizações anuais do valor nominal a partir de 15 de setembro de 2017 (sendo os juros remuneratórios pagos semestralmente a partir de 15 de março de 2015).

A Companhia, durante o prazo de vigência das debêntures, está sujeita ao cumprimento de determinados índices e limites financeiros relacionados a endividamento e alavancagem, apurados trimestralmente pelo agente fiduciário com base nas Demonstrações financeiras consolidadas em até cinco dias úteis após a divulgação à CVM, quer sejam:

- i. Relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA não superior a 3,5;
- ii. Relação EBITDA/Resultado Financeiro não inferior a 1,5; e
- iii. Alienação de seus veículos que, individual ou conjuntamente, durante a vigência das Debêntures, resultem em uma redução da receita operacional líquida consolidada da Companhia durante os 12 meses anteriores ao encerramento de cada trimestre superior a 30% em relação à receita operacional líquida consolidada da Companhia durante o período de 12 meses anteriores a 31 de dezembro de 2013 (corrigida anualmente conforme a variação do IPCA desde 31 de dezembro de 2013), exceto se os recursos obtidos com a alienação forem aplicados na compra de outros veículos para renovação de frota. O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente pela Companhia e informado ao agente fiduciário para sua verificação, com base nas Demonstrações financeiras consolidadas da Companhia levando-se

em conta as receitas operacionais consolidadas durante os 12 meses anteriores ao encerramento de cada trimestre.

A condição contratual e o cumprimento dos índices e limites financeiros em 31 de março de 2016 são apresentados a seguir:

Condição contratual	Índice	
	Restrição	Atingido
(i) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA	<3,50	2,22
(ii) Índice obtido da divisão do EBITDA pelo resultado financeiro	>1,50	2,70
(iii) Não pode haver redução de 30% da receita operacional entre o período de 12 meses anteriores a 31 de dezembro de 2013	(30%)	13%

Em 31 de março 2016 a Companhia estava em cumprimento com todos os índices e limites financeiros previstos.

e) 6ª Emissão de Debêntures

Em 27 de julho de 2015, a Companhia realizou oferta pública com esforços restritos de distribuição de 10.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10 perfazendo o montante de R\$100.000, sob a coordenação do Banco BTG Pactual S.A.

A emissão e a oferta pública com esforços restritos foram realizadas com base nas deliberações da reunião do Conselho de Administração e da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 1º de julho de 2015, sendo aprovada a constituição de garantias flutuantes por parte da Companhia em favor dos Debenturistas.

A data de vencimento das debêntures da 6ª Emissão é de três anos a contar da data de emissão (27 de julho de 2015), com vencimento final em 27 de julho de 2018.

Sobre o saldo devedor do valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa CDI, acrescida da sobretaxa, ao ano de 1,70%, com amortizações semestrais do valor nominal nos dias 27 dos meses de janeiro e julho de cada ano, contados a partir da data de emissão, em parcelas sucessivas, ocorrendo o primeiro pagamento em 27 de janeiro de 2016 e o último em 27 de julho de 2018, que é a data de vencimento das debêntures.

A Companhia, durante o prazo de vigência das debêntures, está sujeita ao cumprimento de determinados índices e limites financeiros relacionados a endividamento e alavancagem, apurados trimestralmente pelo agente fiduciário com base nas Demonstrações financeiras consolidadas em até cinco dias úteis após a divulgação à CVM, quer sejam:

- i. Relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA não superior a 3,5;
- ii. Relação EBITDA/Resultado Financeiro não inferior a 1,5; e
- iii. Alienação de seus veículos que, individual ou conjuntamente, durante a vigência das Debêntures, resultem em uma redução da receita operacional líquida consolidada da Companhia durante os 12 meses anteriores ao encerramento de cada trimestre superior a 30% em relação à receita operacional líquida consolidada da Companhia durante o período de 12 meses anteriores a 31 de dezembro de 2014 (corrigida anualmente conforme a variação do

IPCA desde 31 de dezembro de 2014), exceto se os recursos obtidos com a alienação forem aplicados na compra de outros veículos para renovação de frota. O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente pela Companhia e informado ao agente fiduciário para sua verificação, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia levando-se em conta as receitas operacionais consolidadas durante os 12 meses anteriores ao encerramento de cada trimestre.

A condição contratual e o cumprimento dos índices e limites financeiros em 31 de março de 2016 são apresentados a seguir:

Condição contratual	Índice	
	Restrição	Atingido
(i) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA	<3,50	2,22
(ii) Índice obtido da divisão do EBITDA pelo resultado financeiro	>1,50	2,70
(iii) Não pode haver redução de 30% da receita operacional entre o período de 12 meses anteriores a 31 de dezembro de 2014	(30%)	0%

Em 31 de março 2016 a Companhia estava em cumprimento com todos os índices e limites financeiros previstos.

f) 5ª Emissão de Notas Promissórias

Em 15 de dezembro de 2015 a Companhia realizou a quinta oferta pública de distribuição de notas promissórias comerciais com esforços restritos de colocação de 60 notas promissórias comerciais no valor de R\$500 perfazendo o montante de R\$30.000. Sobre o valor nominal unitário das notas comerciais incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% de variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, a.a., acrescida de sobretaxa ou *spread* de 2,30% a.a., com pagamento total na sua data de vencimento, em 15 de março de 2017, sendo esta operação coordenada pelo Haitong Banco de Investimento do Brasil S/A.

A Companhia, durante o prazo de vigência das notas promissórias comerciais, está sujeita ao cumprimento de determinados índices e limites financeiros relacionados a endividamento e alavancagem, apurados trimestralmente com base nas Demonstrações financeiras consolidadas em até cinco dias úteis após a divulgação à CVM, quer sejam:

- i. Relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA não superior a 3,5;
- ii. Relação EBITDA/Resultado Financeiro não inferior a 1,5; e
- iii. Alienação, pela Companhia, de seus veículos que, individual ou conjuntamente, durante a vigência das Notas Comerciais, resulte em uma redução da receita operacional líquida consolidada da Companhia, durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre, igual ou superior a 30% (trinta por cento) em relação à receita operacional líquida consolidada da Companhia durante o período de 12 (doze) meses anteriores a 30 de setembro de 2015 (corrigida anualmente conforme a variação do IPCA desde 1 de janeiro de 2016), exceto se os recursos obtidos com a alienação forem aplicados na compra de outros veículos para renovação de frota. O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente pela Companhia e informado aos Titulares para sua verificação, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, levando-se em conta as receitas operacionais consolidadas da Companhia durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre.

A condição contratual e o cumprimento dos índices e limites financeiros em 31 de março de 2016 são apresentados a seguir:

Condição contratual	Índice	
	Restrição	Atingido
(i) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA	< 3,50	2,22
(ii) Índice obtido da divisão do EBITDA pelo resultado financeiro	>1,50	2,70
(iii) Não pode haver redução de 30% da receita operacional entre o período de 12 meses anteriores a 30 setembro de 2015	(30%)	0%

Em 31 de março de 2016 a Companhia estava em cumprimento com todos os índices e limites financeiros previstos.

g) Custos de transação a apropriar

Os custos de transação a serem apropriados ao resultado em períodos subsequentes são compostos como segue:

Custos de transação sobre debêntures e notas promissórias	2016	2017	2018	2019	Total
Debêntures e notas promissórias	(1.595)	(804)	(343)	(172)	(2.914)
	<b>(1.595)</b>	<b>(804)</b>	<b>(343)</b>	<b>(172)</b>	<b>(2.914)</b>

As debêntures e notas promissórias a longo prazo vencem como segue:

	31/03/2016
2017	206.573
2018	106.843
2019	39.851
	<b>353.267</b>

## 24 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

i) Impostos diferidos no balanço patrimonial

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes e têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Prejuízo fiscal e base negativa	78.882	75.394	88.012	82.574
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	1.022	1.258	3.125	3.694
Provisão a pagar a fornecedores e outros	318	2.197	1.073	4.637
Provisões de veículos roubados e sinistrados	18.124	17.016	18.124	17.016
Provisão para riscos e discussões judiciais	7.735	7.562	7.735	7.560
Despesas de <i>stock options</i>	1.286	1.213	1.286	1.213
Intangíveis decorrentes da aquisição/incorporação da <i>Best Fleet</i>	(333)	(202)	(333)	(202)
Amortização fiscal do ágio	(6.642)	(5.812)	(6.642)	(5.812)
Depreciação acumulada de veículos	(44.637)	(40.754)	(44.637)	(40.754)
Variação cambial de empréstimos e <i>swap</i>	1.404	4.045	1.404	4.045
Prêmio de opções – <i>call DI</i>	178	(902)	178	(902)
Outros	(446)	(336)	211	389
<b>Total IR e CS diferidos ativos</b>	<b>56.891</b>	<b>60.679</b>	<b>69.536</b>	<b>73.458</b>

Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar esses créditos tributários em até 7 anos.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no exercício findo em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015. Conseqüentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

**Movimento em prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias durante o ano**

<b>Controladora</b>	<b>01/01/2016</b>	<b>Reconhecidos no resultado</b>	<b>31/03/2016</b>
Prejuízo fiscal e base negativa	75.394	3.488	78.882
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	1.258	(236)	1.022
Provisão a pagar a fornecedores e outros	2.197	(1.879)	318
Provisões de veículos roubados e sinistrados	17.016	1.108	18.124
Provisão para riscos e discussões judiciais	7.562	173	7.735
Despesas de <i>stock options</i>	1.213	73	1.286
Intangíveis decorrentes da aquisição/incorporação da Best Fleet	(202)	(131)	(333)
Variação cambial de empréstimos e SWAP	4.045	(2.641)	1.404
<b>Total dos impostos diferido ativos</b>	<b>108.483</b>	<b>(45)</b>	<b>108.438</b>
Amortização fiscal do ágio	(5.812)	(830)	(6.642)
Depreciação acumulada de veículos	(40.754)	(3.883)	(44.637)
Prêmio de opções - <i>call DI</i>	(902)	1.080	178
Outros	(336)	(110)	(446)
<b>Total dos impostos diferidos passivos</b>	<b>(47.804)</b>	<b>(3.743)</b>	<b>(51.547)</b>
<b>Total imposto diferido</b>	<b>60.679</b>	<b>(3.788)</b>	<b>56.891</b>

<b>Consolidado</b>	<b>01/01/2016</b>	<b>Reconhecidos no resultado</b>	<b>31/03/2016</b>
Prejuízo fiscal e base negativa	82.574	5.438	88.012
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	3.694	(569)	3.125
Provisão a pagar a fornecedores e outros	4.637	(3.564)	1.073
Provisões de veículos roubados e sinistrados	17.016	1.108	18.124
Provisão para riscos e discussões judiciais	7.560	176	7.736
Despesas de <i>stock options</i>	1.213	73	1.286
Intangíveis decorrentes da aquisição/incorporação da Best Fleet	(202)	(131)	(333)
Variação cambial de empréstimos – não realizada	4.045	(2.641)	1.404
<b>Total dos impostos diferido ativos</b>	<b>120.537</b>	<b>(110)</b>	<b>120.427</b>
Amortização fiscal do ágio	(5.812)	(830)	(6.642)
Depreciação acumulada de veículos	(40.754)	(3.883)	(44.637)
Prêmio de opções	(902)	1.080	178
Outros	389	(179)	210
<b>Total dos impostos diferidos passivos</b>	<b>(47.079)</b>	<b>(3.812)</b>	<b>(50.891)</b>
<b>Total imposto diferido</b>	<b>73.458</b>	<b>(3.922)</b>	<b>69.536</b>

ii) Impostos corrente e diferido no resultado

A despesa de imposto de renda e contribuição social é calculada pela aplicação das alíquotas fiscais, nominais combinadas, e registrada no resultado.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>12.194</b>	13.287	<b>12.533</b>	12.659
Alíquota fiscal combinada	<b>34%</b>	34%	<b>34%</b>	34%
<b>Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada</b>	<b>4.146</b>	4.517	<b>4.261</b>	4.304
Equivalência patrimonial	(365)	293	-	-
Multas de trânsito fiscais	-	176	-	201
Despesas indedutíveis	(4)	15	<b>34</b>	42
Provisões para contingências	<b>174</b>	325	<b>174</b>	327
Intangíveis decorrentes da aquisição/incorporação da Best Fleet	<b>240</b>	240	<b>240</b>	240
Despesas de depreciação	<b>(3.883)</b>	(4.614)	<b>(3.883)</b>	(4.614)
(Reversão) provisão a pagar a fornecedores e outros	<b>(1.989)</b>	(1.800)	<b>(3.740)</b>	(526)
Reversão de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	<b>(235)</b>	(2.307)	<b>(568)</b>	(1.820)
Provisões veículos roubados e sinistrados	<b>1.108</b>	1.739	<b>1.108</b>	1.739
Despesas de <i>stock options</i>	<b>73</b>	73	<b>73</b>	73
Reconhecimento de prejuízos fiscais e bases negativas	<b>3.497</b>	2.333	<b>5.449</b>	2.036
Amortização fiscal dos intangíveis	<b>(371)</b>	(371)	<b>(371)</b>	(371)
Amortização fiscal do ágio	<b>(830)</b>	(830)	<b>(830)</b>	(830)
Variação cambial de empréstimos, <i>swap</i> e <i>call DI</i>	<b>(1.561)</b>	211	<b>(1.561)</b>	211
Exclusão dos 34% das controladas pelo lucro presumido	-	-	<b>(386)</b>	(324)
Total da despesa de imposto de renda e contribuição social (*)	-	-	-	688
Despesa com impostos diferidos	<b>3.788</b>	4.897	<b>3.922</b>	3.343
<b>Total da despesa com imposto de renda e contribuição social</b>	<b>3.788</b>	4.897	<b>3.922</b>	4.031
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>31%</b>	37%	<b>31%</b>	32%

(\*) A diferença de R\$205 (R\$238 em 31 de março de 2015) entre o imposto de renda e contribuição social demonstrado no resultado consolidado e a nota explicativa acima refere-se a despesa de impostos da controlada indireta Unidas Franquias a qual é calculada pelo regime de tributação do lucro presumido.

A composição dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados está abaixo demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Prejuízos fiscais	<b>230.586</b>	220.329	<b>265.653</b>	249.655
Bases negativas da contribuição social	<b>235.957</b>	225.695	<b>271.520</b>	255.517

O prejuízo fiscal e a base negativa não têm prazos determinados para compensação, porém, tal compensação está limitada a 30% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

## 25 Provisão para riscos e discussões judiciais e depósitos judiciais

A Companhia está se defendendo de demandas judiciais de caráter cível, trabalhistas e tributárias decorrentes do curso normal de seus negócios. A administração da Companhia acredita que a provisão para riscos e discussões judiciais constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais. As provisões para contingências foram constituídas para os processos, cuja possibilidade de perda foi avaliada como mais provável que não, com base na opinião de seus advogados e consultores legais externos. O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

A movimentação da provisão para riscos e discussões judiciais, e os respectivos depósitos judiciais, por natureza, estão apresentados a seguir:

	Controladora						Consolidado					
	Saldos em 31/12/2015	Ingressos	Atualizações	Baixas	Saldos em 31/03/2016	Dep. judiciais 31/03/2016	Saldos em 31/12/15	Ingressos	Atualizações	Baixas	Saldos em 31/03/2016	Dep. judiciais 31/03/2016
Tributárias	15.828	-	192	(166)	15.854	17.847	18.524	-	336	(166)	18.694	18.273
Cíveis	1.710	149	181	(676)	1.364	520	1.710	149	181	(676)	1.364	568
Trabalhistas	4.701	35	905	(108)	5.533	6.869	4.701	35	905	(108)	5.533	7.755
	<b>22.239</b>	<b>184</b>	<b>1.278</b>	<b>(950)</b>	<b>22.751</b>	<b>25.236</b>	<b>24.935</b>	<b>184</b>	<b>1.422</b>	<b>(950)</b>	<b>25.591</b>	<b>26.596</b>

	Controladora						Consolidado					
	Saldos em 31/12/2014	Ingressos	Atualizações	Baixas	Saldos em 31/12/2015	Dep. judiciais 31/12/2015	Saldos em 31/12/14	Ingressos	Atualizações	Baixas	Saldos em 31/12/2015	Dep. judiciais 31/12/2015
Tributárias	16.206	-	744	(1.121)	15.829	17.636	18.617	-	1.029	(1.121)	18.525	18.026
Cíveis	1.334	-	1.014	(639)	1.709	543	1.334	-	1.014	(639)	1.709	592
Trabalhistas	3.132	-	1.570	-	4.702	6.811	3.132	-	1.570	-	4.702	7.049
	<b>20.672</b>	<b>-</b>	<b>3.328</b>	<b>(1.760)</b>	<b>22.240</b>	<b>24.990</b>	<b>23.083</b>	<b>-</b>	<b>3.612</b>	<b>(1.760)</b>	<b>24.936</b>	<b>25.667</b>

#### a) Processos com perda provável

##### *Processos cíveis*

A Companhia está se defendendo de ações judiciais cíveis, de natureza indenizatória de vítimas de acidentes automobilísticos envolvendo carros de sua frota, em que se pleiteiam danos morais e materiais supostamente decorrentes destes eventos, para os quais foi constituída provisão considerada suficiente para fazer face a eventuais perdas. A composição de tais processos é pulverizada, e estes se encontram em diferentes instâncias judiciais, não sendo possível presentemente atribuir jurisprudência sobre os mesmos. A Companhia mantém ainda depósitos judiciais para parcela dessas discussões.

Não é possível apontar a tendência majoritária da jurisprudência sobre os processos de natureza cível, pois os mesmos versam, em sua maioria, sobre acidentes automobilísticos. As decisões judiciais acerca desse tipo de acidente são proferidas com base nas circunstâncias de cada acidente e nas provas apresentadas em cada caso, ou seja, não possuem padrão estabelecido.

##### *Processos trabalhistas*

Correspondem principalmente a pleitos de indenização por reclamações de horas extras, verbas rescisórias, verbas salariais, férias, comissões e reconhecimento de vínculo empregatício para os quais foi constituída provisão considerada suficiente para fazer face a eventuais perdas.

As decisões judiciais acerca de discussões laborais com relação às horas extras e pagamentos de verbas trabalhistas são proferidas com base nas circunstâncias e nas provas apresentadas em cada caso, e, considerando a composição pulverizada dos referidos processos, não é possível apresentar posição clara da jurisprudência sobre esses assuntos. Entretanto, com relação a reconhecimento de vínculo empregatício de empregados contratados por meio de cooperativa, existe entendimento firmado pelo Tribunal Superior do Trabalho no sentido de que a cooperativa não passa de uma mera fornecedora de mão de obra, não havendo impedimento para o reconhecimento de vínculo empregatício diretamente com esta e a Companhia. Entendemos que há probabilidade da Companhia enfrentar decisões desfavoráveis nesses casos, razão pela qual foram constituídas provisões relativas à esses processos.

##### *Processos tributários*

A provisão para riscos tributários foi constituída principalmente pelo não recolhimento do PIS no período de agosto a novembro de 2002 e da COFINS no período de agosto de 2002 a janeiro de 2004, em virtude de questionamento judicial quanto à incidência destes tributos sobre as receitas provenientes da locação de veículos.

Existem decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça que consideram que as locações de bens móveis caracterizam faturamento e, portanto, deveriam ser incluídas na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em setembro de 2010, a Companhia depositou judicialmente as quantias de R\$10.092 e R\$440 referentes à COFINS e ao PIS, respectivamente. O depósito foi efetuado, pois a União Federal ingressou com Execução Fiscal para instrumentalizar a cobrança dos valores mencionados.

A Companhia mantém a provisão de processos tributários total no montante de R\$ 15.829 e R\$ 18.525 em 31 de dezembro de 2015, na controladora e consolidado, respectivamente (R\$ 16.206 e R\$ 18.617 em 31 de dezembro de 2014, na controladora e no consolidado, respectivamente). A Companhia aguarda julgamento em segunda instância inferior pelo Tribunal Regional Federal.

b) Processos e discussões com perda possível

Os processos classificados como perda possível pelos assessores jurídicos da Companhia referem-se basicamente a ações cíveis, trabalhistas e tributárias de mesma natureza daqueles mencionadas no item a). Esses processos totalizam, aproximadamente, R\$ 161.241 em 31 de março de 2016 na controladora e no consolidado (R\$ 159.905 em 31 de dezembro de 2015, na controladora e no consolidado, respectivamente).

Em 21 de maio de 2009, a Secretaria da Receita Federal do Brasil ("SRFB") emitiu à Unidas S.A. autos de infração relativos à cobrança de débitos de Imposto de Renda Sobre Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, relativos principalmente a dedutibilidade da amortização de ágio nos exercícios compreendidos entre 2004 e 2007, no valor atualizado total de R\$ 62.595 em 31 de março de 2016 (R\$ 60.459 em 31 de dezembro de 2015).

Em 11 de dezembro de 2014, a SRFB emitiu à Unidas S.A. autos de infração relativos à cobrança de débitos de Imposto de Renda Sobre Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, relativos principalmente a dedutibilidade da amortização de ágio e despesas de contratos de *swap* referente ao ano base de 2009, no valor atualizado de R\$ 29.463 em 31 de março de 2016 (R\$ 28.473 em 31 de dezembro de 2015).

A Companhia, por discordar dos fundamentos que presidiram a emissão dos referidos autos, instaurou, com observância dos prazos legais aplicáveis, processos de impugnação administrativa em relação a cada um deles e aguarda julgamento.

Entretanto, na opinião da Administração, suportada em pareceres emitidos por seus assessores jurídicos, são possíveis as chances de perda na instância final dos referidos processos, motivo pelo qual não foi constituída provisão. Na data de emissão dessas informações trimestrais, os referidos autos encontravam-se em andamento.

## 26 Patrimônio líquido

### a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 está representado por 54.076.223 ações ordinárias normativas correspondentes a R\$744.025.

A Composição acionária da Companhia em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 está resumida a seguir:

	31/03/2016		31/12/2015	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
Principal – Gestão de Activos e Consultoria Administrativa e Financeira, S.A.	18.791.552	34,7	18.791.552	34,7
Kinea I Private Equity Fundo de Investimento em Participações	2.940.389	5,4	2.940.389	5,4
Kinea Co-Investimento II Fundo de Investimento em Participações	8.821.168	16,3	8.821.168	16,3
Vinci Capital Partners II Fundo de Investimento em Participações	11.761.557	21,8	11.761.557	21,8
GIF IV Fundo de Investimento em Participações	11.761.557	21,8	11.761.557	21,8
	<b>54.076.223</b>	<b>100</b>	<b>54.076.223</b>	<b>100</b>

### b) Reserva de capital – Ágio

A Companhia constituiu reserva especial de ágio, no valor de R\$33.431, correspondente ao valor do benefício fiscal decorrente da amortização de ágio apurado pela antecessora Uninfra Locações e Comércio Ltda. (“Uninfra”) absorvido na incorporação dessa empresa. Em 31 de agosto de 2015 em Assembleia Geral Extraordinária realizada na sede da Companhia, os acionistas deliberaram e aprovaram, por unanimidade de votos dos presentes, e sem ressalvas, a utilização do montante total contabilizado na conta de Reserva de Capital para a absorção dos prejuízos acumulados indicados nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

### c) Reserva de opções

A Companhia constitui reserva de opções registrada no patrimônio líquido correspondente ao plano de remuneração baseado em ações, conforme descrito na nota explicativa 27.

### d) Reserva legal

Reserva legal constituída conforme determina a legislação societária, com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a: (i) 20% do capital social realizado ou (ii) quando o saldo dessa reserva somado ao montante das Reservas de Capital atingir 30% do capital social realizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para a compensação de prejuízos ou aumento de capital.

### e) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado dividindo o lucro líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o ano. O lucro diluído por ação é calculado dividindo o lucro líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o ano após os ajustes para todas as potenciais ações ordinárias que tenham efeito diluidor.

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para o exercício findo em 31 de março de 2016 e 2015 (em milhares, exceto valores por ação e quantidade de ações):

*Básico:*

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>31/03/2016</b>	<b>31/03/2015</b>
Numerador		
Lucro líquido do exercício	<b>8.406</b>	8.390
Denominador:		
Média ponderada do número de ações ordinárias	<b>54.076.223</b>	54.076.223
Denominador para lucros básicos por ação	<b>54.076.223</b>	54.076.223
<b>Lucro básico por ação ordinária</b>	<b>0,16</b>	0,16

*Diluído:*

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>31/03/2016</b>	<b>31/03/2015</b>
Numerador		
Lucro líquido do exercício	<b>8.406</b>	8.390
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias, incluindo efeito da conversão de bônus de subscrição	<b>54.992.192</b>	54.992.192
Denominador para lucros diluídos por ação	<b>54.992.192</b>	54.992.192
<b>Lucro diluído por ação ordinária</b>	<b>0,15</b>	0,15

f) Juros sobre capital próprio e dividendos

A Companhia adota os procedimentos de registrar os juros creditados a acionistas, calculados nos termos da Lei nº 9.249/95, no resultado na rubrica de despesas financeiras, conforme determina a legislação fiscal. Entretanto, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados a débito de lucros acumulados, tratamento semelhante aos dividendos. Os valores pagos aos acionistas a títulos de juros sobre o capital próprio, líquido do imposto de renda retido na fonte, são deduzidos do valor do dividendo mínimo obrigatório, conforme artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249/95.

Os juros sobre o capital próprio e dividendos foram calculados como segue:

	<b>31/03/2016 e 31/12/2015</b>
Lucro líquido do exercício	42.747
Absorção de prejuízos acumulados	(22.209)
Constituição de reserva legal (5%)	1.038
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	10.687
Juros sobre o capital próprio propostos/distribuídos	19.500
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	(1.016)
<b>Total de dividendos mínimos e juros sobre capital próprio a pagar</b>	<b>18.484</b>
<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio por ação – em R\$</b>	<b>0,3418</b>

## **27 Plano de remuneração baseado em ações**

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de junho de 2012, foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia.

O Plano estabelece condições gerais de aquisição e de outorga pela Companhia, de opções de compra de ações a profissionais elegíveis, membros da administração e empregados da Companhia e de suas controladas, os quais são definidos e administrados pelo Comitê de Gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo Estatuto Social e pelo Conselho de Administração da Companhia.

Os Participantes adquirirão, a cada 12 (doze) meses contados (i) do dia 13 de julho de 2011, (ii) da data do efetivo ingresso do Participante como colaborador da Companhia (caso tal ingresso tenha

ocorrido após 13 de julho de 2011) ou (iii) outra data a ser estabelecida pelo Comitê de Gestão do Plano, independentemente da data de efetivo ingresso do Participante como colaborador da Companhia, desde que, em nenhuma hipótese, anteriormente a data de ingresso do Participante na Companhia ou 13 de julho de 2011, o que por último tiver ocorrido, conforme aplicável, o direito a ¼ (um quarto) das Opções que lhes couberem, conforme o pertinente programa/respectivo Contrato (“Vesting”).

O valor justo das opções é estimado na data de concessão, com base no modelo de valorização de opções *Black & Scholes*.

O prazo de exercício das Opções *Vested* encerrar-se-á (i) no prazo de 2 (dois) anos a contar da data em que ocorrer um Evento de Liquidez ou (ii) no prazo de 2 (dois) anos contados da data em que se verificar o Vesting da totalidade das Opções do Participante, o que por último ocorrer (“Termo da Opção”). Sem prejuízo, o Comitê de Gestão do Plano poderá, em cada Programa ou Contrato individual, estabelecer condições diversas de *Vesting* ou de Termo da Opção, inclusive a fim de estender o prazo em questão e/ou seu escalonamento.

Em Reunião do Comitê de Gestão do Plano de Opção de Compra de Ações realizada em 29 de junho de 2012, foi aprovado o Primeiro Programa do Plano no qual a Companhia outorgou opções de compra aos beneficiários.

Foi estabelecido para o Plano um número máximo de 2.253.176 opções, que corresponde a uma diluição máxima de 4% do total de 56.329.399 ações (número que corresponde à soma das 54.076.223 ações atualmente emitidas com as 2.253.176 ações a emitir nos termos do Plano) estando atualmente ativas 1.665.995 opções ao abrigo do Programa acima referido.

O saldo registrado no patrimônio líquido como Reserva de Opções em 31 de março de 2016 foi de R\$3.782 (R\$ 3.566 em 31 de dezembro de 2015).

Abaixo demonstração da variação do preço médio ponderado da ação:

<b>Data</b>		<b>Quantidade de ações</b>	<b>Quantidade de opções</b>	<b>Preço médio ponderado da ação em Reais (*)</b>
31/12/2012	Saldo final	285.138.784	11.405.551	2,41
22/07/2013	Valores após o ajuste participação	432.609.784	17.304.391	1,06
22/07/2013	Grupamento	54.076.223	2.163.049	8,5
31/12/2014	Saldo final	54.076.223	2.163.049	10,39
31/12/2015	Saldo final	54.076.223	2.253.176	11,51
<b>31/03/2016</b>	<b>Saldo final</b>	<b>54.076.223</b>	<b>2.253.176</b>	<b>11,81</b>

(\*) Variação do preço médio devido atualização pelo índice IPCA acumulado, conforme estabelecido no contrato de compra de opções de 15 de junho de 2012.

## 28 Receita líquida

A seguir demonstramos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultados dos exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Receita bruta	261.491	257.599	316.962	309.618
Impostos sobre vendas	(10.539)	(11.657)	(14.393)	(14.983)
Descontos e cancelamentos	(2.265)	(6.108)	(5.627)	(13.553)
	<b>248.687</b>	<b>239.834</b>	<b>296.942</b>	<b>281.082</b>

A composição da receita líquida reconhecida durante o exercício em cada categoria significativa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Receita de terceirização de frota ( <i>Fleet</i> )	67.983	69.873	68.386	70.213
Receita de locação ( <i>Rent a car</i> )	36.099	43.155	83.951	83.366
Carros alienados para renovação da frota	144.605	126.806	144.605	127.503
	<b>248.687</b>	<b>239.834</b>	<b>296.942</b>	<b>281.082</b>

## 29 Custos dos alugueis e alienação para renovação de veículos da frota

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
(Custos fixos) recuperação de custos	714	(2.857)	(12.408)	(12.171)
Custos de depreciação e amortização	(33.704)	(43.491)	(33.735)	(43.491)
Custos com pessoal	(2.117)	(3.593)	(12.294)	(11.356)
Custos de manutenção e logística	(20.083)	(20.061)	(29.118)	(29.763)
Custos de alienação para renovação de veículos da frota	(127.928)	(110.081)	(127.928)	(110.764)
Provisão de veículos roubados e sinistrados	(3.258)	(5.114)	(3.258)	(5.114)
Recuperação de créditos de PIS e COFINS associados aos custos	8.399	8.098	8.443	8.148
	<b>(177.977)</b>	<b>(177.099)</b>	<b>(210.298)</b>	<b>(204.511)</b>

## 30 Comerciais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Despesas com pessoal	(826)	(566)	(2.082)	(1.424)
Comissões com agências	(16)	(22)	(2.919)	(1.775)
Comissões com vendas	(1.316)	(514)	(1.322)	(1.392)
Propaganda e marketing	(1.564)	(2.631)	(3.306)	(2.980)
Reversão da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	693	6.784	1.673	5.352
Perdas com incobráveis (a)	(4.532)	(9.129)	(8.255)	(9.480)
Comissões com franqueados	(1.820)	(991)	(1.830)	(991)
Outras	(30)	(30)	(154)	(115)
	<b>(9.411)</b>	<b>(7.099)</b>	<b>(18.195)</b>	<b>(12.805)</b>

- (a) As perdas com incobráveis referem-se a títulos que já estavam provisionados para perda estimada e foram baixados do contas a receber, provocando uma reversão na rubrica de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e um aumento de perdas com incobráveis.

### 31 Gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Despesas com pessoal	(6.557)	(4.925)	(8.471)	(9.947)
Despesas com ocupação/aluguel	(835)	(528)	(871)	(686)
Despesas de comunicação	(684)	(329)	(835)	(719)
Serviços de terceiros	(3.511)	(2.280)	(4.301)	(3.264)
Despesas gerais	(1.225)	(1.309)	(1.686)	(2.046)
Depreciação e amortização	(1.495)	(1.598)	(3.235)	(2.828)
	<b>(14.307)</b>	<b>(10.969)</b>	<b>(19.399)</b>	<b>(19.490)</b>

### 32 Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Despesas de juros	(29.742)	(29.790)	(29.888)	(29.848)
Despesas de swap	(36.671)	-	(36.671)	-
Variações monetárias e cambiais passivas	(15.773)	(12.176)	(15.773)	(12.172)
Outras despesas financeiras	(1.344)	(533)	(1.764)	(1.512)
	<b>(83.530)</b>	<b>(42.499)</b>	<b>(84.096)</b>	<b>(43.532)</b>

### 33 Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Receitas de juros	680	675	1.192	878
Receita de Swap	8.859	11.603	8.835	11.603
Receitas de aplicações financeiras	2.641	1.725	2.651	1.732
Variações monetárias e cambiais ativas	35.789	(28)	35.817	(28)
Outras receitas financeiras	-	1	5	2
	<b>47.969</b>	<b>13.976</b>	<b>48.500</b>	<b>14.187</b>

### 34 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Unidas no decurso da sua atividade está exposta a variações de taxas de juros e de taxas de câmbio. O gerenciamento desses riscos é efetuado através de estratégias operacionais e controles internos com o objetivo de assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas informações trimestrais da Companhia, conforme quadros abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
<b>Valor justo por meio do resultado</b>				
Equivalentes de caixa (Nota 10)	48.707	95.303	49.551	97.427
Aplicações financeiras (Nota 11)	6.581	43.921	6.581	43.921
Instrumentos financeiros - swap (Nota 22)	-	12.247	-	12.247
Outros créditos (*)	1.525	4.702	1.525	4.702
<b>Empréstimos e recebíveis</b>				
Caixa e bancos (Nota 10)	8.603	3.578	7.311	2.773
Contas a receber (Nota 12)	143.967	138.279	254.591	249.523
<b>Total</b>	<b>209.383</b>	<b>298.030</b>	<b>319.559</b>	<b>410.593</b>

**Valor justo por meio do resultado**

Instrumentos financeiros - swap (Nota 22)	(17.495)	-	(17.495)	-
<b>Passivos pelo custo amortizado</b>				
Fornecedores (Nota 20)	(120.573)	(80.303)	(125.514)	(89.117)
Securitização de contas a pagar (Nota 21)	(47.901)	(73.417)	(47.901)	(73.417)
Empréstimos (Nota 22)	(148.553)	(191.334)	(148.553)	(191.334)
Debêntures e notas promissórias (Nota 23)	(675.082)	(726.499)	(675.082)	(726.499)
Outras contas a pagar, exceto provisões	(3.641)	(480)	(5.077)	(1.906)
<b>Total</b>	<b>(1.013.245)</b>	<b>(1.072.033)</b>	<b>(1.019.622)</b>	<b>(1.082.273)</b>

(\*) Considerado nesta rubrica somente a operação de Swap de arrependimento mencionada na nota explicativa 34 d) tópico ii.

**a) Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados em sua grande maioria por clientes recorrentes e por aplicações financeiras. Para mitigar estes riscos a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange as instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco.

Os valores contábeis dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações financeiras são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
<b>Ativo</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	57.310	98.881	56.862	100.200
Aplicações financeiras (Nota 11)	6.581	43.921	6.581	43.921
Instrumentos financeiros – swap (Nota 22)	-	12.247	-	12.247
Contas a receber (Nota 12)	143.967	138.279	254.591	249.523
Outros créditos (*)	1.525	4.702	1.525	4.702
	<b>209.383</b>	<b>298.030</b>	<b>319.559</b>	<b>410.593</b>

(\*) Considerado nesta rubrica somente a operação de Swap de arrependimento mencionada na nota explicativa 34 d) tópico ii).

**b) Risco de liquidez**

A administração da liquidez é efetuada diariamente pela área de tesouraria da Companhia, com a verificação de todas as premissas de desembolsos e receitas, tais como a manutenção de reserva de caixa em aplicações financeiras de curto prazo (a fim de evitar o inadimplemento de contratos com fornecedores) e o monitoramento da dívida bruta e da dívida líquida total em cada instituição financeira. Esses controles são feitos com o objetivo de atender os compromissos financeiros da Companhia, garantindo a sua operação e expansão.

Também com o objetivo de mitigar o risco de liquidez, são prospectadas e identificadas as várias alternativas de captação de recursos disponíveis, para várias maturidades e abrangendo tanto o mercado local quanto o internacional.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

**Consolidado**  
**31/03/2016**

	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos
<b>Passivos</b>						
Fornecedores (Nota 20)	(125.514)	(125.514)	(125.514)	-	-	-
Securitização de contas a pagar (Nota 21)	(47.901)	(49.463)	(49.463)	-	-	-
Empréstimos (Nota 22)	(148.553)	(159.275)	(56.914)	(102.361)	-	-
Instrumentos financeiros – swap (Nota 22)	(17.495)	(17.495)	(7.058)	(10.437)	-	-
Debêntures e notas promissórias (Nota 23)	(675.082)	(790.174)	(336.854)	(307.137)	(103.024)	(43.159)
Outras contas a pagar, exceto provisões	(5.077)	(5.077)	(5.077)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>(1.019.622)</b>	<b>(1.146.998)</b>	<b>(580.880)</b>	<b>(419.935)</b>	<b>(103.024)</b>	<b>(43.159)</b>

### c) Risco de taxa de juros

A Companhia possui quase a totalidade de seus equivalentes de caixa e do seu endividamento, indexados à variação do CDI e ao IPCA.

A exposição a estes ativos e passivos a taxa variável são monitorados ativamente pela administração da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Equivalentes de caixa (Nota 10)	48.707	95.303	49.551	97.427
Aplicações financeiras (Nota 11)	6.581	43.921	6.581	43.921
Outros créditos (*)	1.525	4.702	1.525	4.702
Instrumentos financeiros - swap (Nota 22)	(17.495)	12.247	(17.495)	12.247
Securitização de contas a pagar	(47.901)	(73.417)	(47.901)	(73.417)
Empréstimos (Nota 22)	(148.553)	(191.334)	(148.553)	(191.334)
Debêntures e notas promissórias (Nota 23)	(675.082)	(726.499)	(675.082)	(726.499)
<b>Exposição líquida (IPCA e CDI)</b>	<b>(832.218)</b>	<b>(835.077)</b>	<b>(831.374)</b>	<b>(832.953)</b>

(\*) Considerado nesta rubrica somente a operação de Swap de arrendimento mencionada na nota explicativa 34 d) tópico ii).

### d) Contratos de swap

#### i) Dólar norte-americano x Reais

Os valores das operações de swap utilizados para proteção de empréstimos estão resumidos a seguir:

	Indexador	Taxa anual		Valor Base		MTM		Curva		MTM	
		Mínima	Máxima	Mar/16	Dez/15	Mar/16	Dez/15	Mar/16	Dez/15	Mar/16	Dez/15
<b>Ponta Ativa - Contratos de "Swaps"</b>											
Itaú	Dólar USD	CDI+0,59% a.a.	CDI+0,59% a.a.	-	(44.537)	-	(44.534)	-	(44.537)	-	3
Santander	Dólar USD	CDI+0,37% a.a.	CDI+0,37% a.a.	-	(11.055)	-	(11.064)	-	(11.055)	-	(9)
Safra	Dólar USD	CDI+0,59% a.a.	CDI+0,59% a.a.	-	(22.257)	-	(22.281)	-	(22.257)	-	(23)
Santander	Dólar USD	CDI+2,30% a.a.	CDI+2,30% a.a.	(105.106)	(101.238)	(107.883)	(104.486)	(105.106)	(101.238)	(2.777)	(3.248)
HSBC	Dólar USD	CDI+1,90% a.a.	CDI+1,90% a.a.	(60.942)	-	(61.933)	-	(60.942)	-	(991)	-
<b>Total</b>				<b>(166.048)</b>	<b>(179.087)</b>	<b>(169.816)</b>	<b>(182.365)</b>	<b>(166.048)</b>	<b>(179.087)</b>	<b>(3.768)</b>	<b>(3.277)</b>

	Indexador	Taxa anual		Valor Base		MTM		Curva		MTM	
		Mínima	Máxima	Mar/16	Dez/15	Mar/16	Dez/15	Mar/16	Dez/15	Mar/16	Dez/15
<b>Ponta Passiva - Contratos de "Swaps"</b>											
Itaú	Dólar USD	VC+1,68% a.a.	VC+1,68% a.a.	-	50.668	-	50.668	-	50.668	-	-
Santander	Dólar USD	VC+2,70% a.a.	VC+2,70% a.a.	-	12.628	-	12.834	-	12.628	-	(207)
Safra	Dólar USD	VC+3,14% a.a.	VC+3,14% a.a.	-	25.702	-	26.131	-	25.702	-	(428)
Santander	Dólar USD	VC+5,90% a.a.	VC+5,90% a.a.	53.884	102.336	54.285	104.699	53.884	102.336	(401)	(2.363)
HSBC	Dólar USD	VC+2,49% a.a.	VC+2,49% a.a.	94.669	-	96.817	-	94.669	-	(2.148)	-
<b>Total</b>				<b>148.553</b>	<b>191.334</b>	<b>151.102</b>	<b>194.332</b>	<b>148.553</b>	<b>191.334</b>	<b>(2.549)</b>	<b>(2.998)</b>
<b>Saldo de swap (*)</b>				<b>(17.495)</b>	<b>12.247</b>	<b>(18.714)</b>	<b>11.967</b>	<b>(17.495)</b>	<b>12.247</b>	<b>(6.317)</b>	<b>(6.275)</b>

(\*) Saldo apresentado na nota explicativa 22.

## ii) CDI x Taxa pré

A Unidas visando se proteger do risco de perda de rentabilidade nos contratos de Gestão de Frota pela variação das taxas de juros e manter a sua competitividade, contratou operação de *hedge*, chamadas “Call de DI” ou “Swap de arrendimento”.

A tabela abaixo demonstra os valores da operação de *hedge* contratada visando a proteção com relação as variações futuras das taxas de juros:

Banco	Moeda	Taxa	Início	Vencimento	Valor Nocial	Prêmio Original	MTM em 31/03/2016
Itaú	Reais	Swap - CDI Taxa pré	Jun/2015	Mar/2017 a Set/2018	231.000	1.983	1.512
Santander	Reais	Swap - CDI Taxa pré	Nov/2015	Mar/2017	16.000	66	13
<b>Saldo swap (**)</b>					247.000	2.049	1.525

(\*\*) Saldo apresentado na linha de outros créditos em contrapartida de receitas financeiras no resultado.

Os contratos de *swap* têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações em moeda estrangeira, bem como elevação de taxa de juros sem nenhum caráter especulativo, foram mensuradas e contabilizadas pelos seus valores justos na data base da demonstração financeira. Os valores justos foram calculados projetando os fluxos de caixa das operações (ativo e passivo), utilizando as curvas da BM&F e trazendo esses fluxos a valor presente utilizando a taxa DI futura da BM&F.

## e) Análise de sensibilidade

Conforme requerido pela ICVM 475/08 a Companhia também efetuou testes de deterioração das taxas em 25% ou 50% superiores ao cenário provável, conforme demonstrado:

### e1) Variação da taxa do CDI

Em 31 de março de 2016, o saldo de equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros créditos indexados ao CDI é de R\$ 56.132 (R\$141.348 em 31 de dezembro de 2015) e o de endividamento (incluindo contratos de debêntures, notas promissórias e empréstimos líquidos dos instrumentos financeiros - *swap*) é de R\$ 798.629 (R\$865.233 em 31 de dezembro de 2015).

#### Variação da taxa do CDI

Operação	Cenário provável	Cenário I – deterioração de 25%	Cenário II – deterioração de 50%
Taxa real do CDI dos últimos 12 meses até 31/03/2016	13,67%	13,67%	13,67%
Taxa anual efetiva do CDI conforme cenários previstos	13,67%	17,09%	20,51%
Dívida indexada ao CDI, líquidas de instrumentos financeiros	(798.629)	(798.629)	(798.629)
Equivalentes de caixa e aplicações financeiras indexadas ao CDI	56.132	56.132	56.132
Dívida líquida	(742.497)	(742.497)	(742.497)
<b>Efeito nas despesas financeiras</b>			
Conforme taxas efetivas	(101.499)	(101.499)	(101.499)
Conforme cenários previstos	(101.499)	(126.893)	(152.286)
<b>Aumento nas despesas financeiras</b>	-	<b>(25.394)</b>	<b>(50.787)</b>

e2) *Varição da taxa do IPCA*

Em 31 de março de 2016, o saldo de endividamento indexado ao IPCA (incluindo contratos de empréstimos e debêntures e notas promissórias) é de R\$42.501 (R\$ 40.353 em 31 de dezembro de 2015).

*Varição do IPCA*

<b>Operação</b>	<b>Cenário provável</b>	<b>Cenário I – deterioração de 25%</b>	<b>Cenário II – deterioração de 50%</b>
Taxa do IPCA acumulada dos últimos 12 meses em 31/03/2016	9,38%	9,38%	9,38%
Taxa anual estimada do IPCA conforme cenários propostos	9,38%	11,73%	14,07%
Dívida indexada ao IPCA	(42.501)	(42.501)	(42.501)
<b>Efeito nas despesas financeiras</b>			
Conforme taxas efetivas	(3.987)	(3.987)	(3.987)
Conforme cenários previstos	(3.987)	(4.983)	(5.980)
<b>Aumento nas despesas financeiras</b>	-	<b>(997)</b>	<b>(1.993)</b>

f) *Valor justo dos ativos e passivos financeiros*

Os valores contábeis e valores justos estimados para ativos e passivos financeiros são como segue:

	31/03/2016				31/12/2015			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>								
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	57.310	57.310	56.862	56.862	98.881	98.881	100.200	100.200
Aplicações financeiras (Nota 11)	6.581	6.581	6.581	6.581	43.921	43.921	43.921	43.921
Instrumentos financeiros – swap (Nota 22)	-	-	-	-	12.247	12.247	12.247	12.247
Contas a receber (Nota 12)	143.967	143.967	254.591	254.591	138.279	138.279	249.523	249.523
Créditos com partes relacionadas (Nota 15)	127.323	127.323	-	-	135.611	135.611	-	-
Outros créditos	6.068	6.068	7.354	7.354	8.984	8.984	9.605	9.605
<b>Total</b>	<b>341.249</b>	<b>341.249</b>	<b>325.388</b>	<b>325.388</b>	<b>437.923</b>	<b>437.923</b>	<b>415.496</b>	<b>415.496</b>
<b>Passivos financeiros</b>								
Fornecedores (Nota 20)	(120.573)	(120.573)	(125.514)	(125.514)	(80.303)	(80.303)	(89.117)	(89.117)
Securitização de contas a pagar (Nota 21)	(47.901)	(47.901)	(47.901)	(47.901)	(73.417)	(74.449)	(73.417)	(74.449)
Empréstimos (Nota 22)	(148.553)	(148.553)	(148.553)	(148.553)	(191.334)	(191.334)	(191.334)	(191.334)
Instrumentos financeiros – swap (Nota 22)	(17.495)	(17.495)	(17.495)	(17.495)	-	-	-	-
Debêntures e Notas Promissórias (Nota 23)	(675.082)	(668.126)	(675.082)	(668.126)	(726.499)	(730.032)	(726.499)	(730.032)
Débitos com partes relacionadas (Nota 15)	(33.582)	(33.582)	-	-	(46.159)	(46.159)	-	-
Outras contas a pagar, exceto provisões	(3.641)	(3.641)	(3.040)	(3.040)	(480)	(480)	(1.906)	(1.906)
<b>Total</b>	<b>(1.046.827)</b>	<b>(1.039.871)</b>	<b>(1.017.585)</b>	<b>(1.010.629)</b>	<b>(1.118.192)</b>	<b>(1.122.757)</b>	<b>(1.082.273)</b>	<b>(1.086.838)</b>

A Administração entende que ativos e passivos financeiros, exceto debentures e notas promissórias, os quais são reconhecidos nas informações trimestrais consolidadas pelos seus valores contábeis, não representam variações significativas em relação aos respectivos valores justos, em razão principalmente do vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em datas próximas às do balanço.

### g) Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação conforme CPC 40 – Instrumentos Financeiros, são apresentados conforme tabela abaixo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	Controladora			Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Ativos financeiros</b>						
<b>31 de março de 2016</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	8.603	48.707	57.310	7.311	49.551	56.862
Aplicações financeiras	-	6.581	6.581	-	6.581	6.581
Outros créditos (*)	-	1.525	1.525	-	1.525	1.525
<b>Total</b>	<b>8.603</b>	<b>56.813</b>	<b>65.416</b>	<b>7.311</b>	<b>57.657</b>	<b>64.968</b>
<b>31 de dezembro de 2015</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	3.578	95.303	98.881	2.773	97.427	100.200
Aplicações financeiras	-	43.921	43.921	-	43.921	43.921
Instrumentos financeiros	-	12.247	12.247	-	12.247	12.247
Outros créditos (*)	-	4.702	4.702	-	4.702	4.702
<b>Total</b>	<b>3.578</b>	<b>156.173</b>	<b>159.751</b>	<b>2.773</b>	<b>158.297</b>	<b>161.070</b>

(\*) Considerado nesta rubrica somente a operação de Swap de arrendimento mencionada na nota explicativa 34 d) tópico ii).

	Controladora			Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Passivos financeiros</b>						
<b>31 de março de 2016</b>						
Securitização de contas a pagar	-	(47.901)	(47.901)	-	(47.901)	(47.901)
Empréstimos	-	(148.553)	(148.553)	-	(148.553)	(148.553)
Instrumentos financeiros	-	(17.495)	(17.495)	-	(17.495)	(17.495)
Debêntures e Notas Promissórias	-	(675.082)	(675.082)	-	(675.082)	(675.082)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(889.031)</b>	<b>(889.031)</b>	<b>-</b>	<b>(889.031)</b>	<b>(889.031)</b>
<b>31 de dezembro de 2015</b>						
Securitização de contas a pagar	-	(74.449)	(74.449)	-	(74.449)	(74.449)
Empréstimos	-	(191.334)	(191.334)	-	(191.334)	(191.334)
Debêntures e Notas Promissórias	-	(730.032)	(730.032)	-	(730.032)	(730.032)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(995.815)</b>	<b>(995.815)</b>	<b>-</b>	<b>(995.815)</b>	<b>(995.815)</b>

### h) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros usado pela Companhia e suas controladas utilizam para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram e gerenciam permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado, sua estratégia e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debentures e notas promissórias, sendo os principais índices de endividamento *Total Debt / EBITDA* e *Net Debt / EBITDA*.

### ***i) Gestão de capital***

A política da Companhia em manter uma base sólida de capital resulta na confiabilidade dos investidores, credores e mercado, assim como solidifica alicerces para desenvolvimento de negócios futuros. O constante monitoramento do retorno de capital e o zelo pela política de distribuição de dividendos são práticas consagradas em respeito ao acionista e ao empreendimento administrado.

Ao administrar seu capital, os objetivos das empresas da Companhia são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, capaz de promover a otimização dos custos incorridos.

A Companhia e suas controladas não mantêm operações com instrumentos financeiros derivativos complexos. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. O Comitê Diretor da Companhia monitora constantemente as operações financeiras da Companhia para que não haja contratação de instrumentos financeiros derivativos que não sejam aqueles para proteção (“*hedge*”) considerados padrão e com riscos conhecidos (“*plain-vanilla*” no termo em inglês). Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

### **35 Cobertura de seguros**

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros no montante que a Administração considera adequado para cobrir os possíveis riscos e eventuais perdas com sinistros de seus ativos imobilizados.

<b>Ativos segurados</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Controladora e Consolidado 31/03/2016</b>
Veículos	Cobertura total (Danos Materiais)	<b>502.959</b>
Veículos	Cobertura de terceiros (Danos Pessoais e Morais)	<b>1.674.160</b>
Veículos	Cobertura de terceiros (Danos Materiais)	<b>1.321.100</b>
Predial	Cobertura total (Danos Materiais)	<b>13.452</b>
		<b><u>3.511.671</u></b>

### **36 Compromissos**

A Companhia conduz, diretamente, operações de locação de veículos em 22 aeroportos, enquanto seus franqueados conduzem operações de locação de veículos em outros 21 aeroportos. Essas operações em aeroportos no Brasil que a Companhia conduz são efetuadas nos termos de diversos contratos de concessão outorgados pela INFRAERO, autoridades aeroportuárias estaduais e autoridades aeroportuárias municipais cujos prazos variam de 12 a 60 meses, e podem ser renovados por períodos de até 60 meses adicionais, a critério do ente público concedente.

Adicionalmente, a Companhia aluga imóveis para instalação de suas lojas próprias. A tabela seguinte demonstra as obrigações decorrentes de compromissos de aluguel das lojas em 31 de março de 2016:

Obrigações com aluguéis	Número de lojas	Valor
2016	27	14.061
2017	17	11.456
2018	9	6.147
2019	5	2.564
2020	1	1.202
2021	1	422
2022	1	154
		<b>36.006</b>

### 37 Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes que desenvolvem atividades de negócios:

- i) que podem obter receitas e incorrer em despesas;
- ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho; e
- iii) para os quais haja informação financeira individualizada disponível.

A administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas pelo Conselho de Administração.

Para fins de administração, a Companhia é dividida em três segmentos de negócio operacionais sujeitos a divulgação de informações:

- Fleet: divisão responsável pelo aluguel de frotas para pessoas jurídicas por períodos que variam normalmente entre 12 e 48 meses. Como parte de seu programa de renovação de frotas, a divisão de “fleet” aliena seus carros desativados ao término do contrato celebrado com o cliente, através das lojas próprias de semi-novos;
- RAC: divisão responsável pelo aluguel de carros em agências localizadas em aeroportos e fora de aeroportos. Os aluguéis são realizados para clientes pessoas físicas em viagens de negócios ou lazer e para pessoas jurídicas, incluindo companhias seguradoras. Como parte de seu programa de renovação de frotas, a frota do “rent a car” é renovada após sua vida útil econômica, que normalmente varia de 12 a 24 meses, sendo uma parte significativa vendida a consumidores finais através das lojas próprias de semi-novos;
- Carros alienados para renovação de frota (seminovos): Como atividade operacional adicional, a Companhia possui estrutura própria para a venda dos carros desativados do seu ativo fixo em decorrência da necessidade de renovação da frota ao término do período de utilização dos carros nas atividades de aluguel.

Apresentamos a seguir as demonstrações de resultados dos negócios operacionais:

	Fleet		RAC		Seminovos		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Receita líquida	<b>68.386</b>	70.213	<b>83.951</b>	83.366	<b>144.605</b>	127.503	<b>296.942</b>	281.082
Custos dos aluguéis e alienação para renovação de veículos da frota	<b>(30.472)</b>	(36.384)	<b>(43.982)</b>	(49.194)	<b>(135.844)</b>	(118.933)	<b>(210.298)</b>	(204.511)
<b>Lucro bruto</b>	<b>37.914</b>	33.829	<b>39.969</b>	34.172	<b>8.761</b>	8.570	<b>86.644</b>	76.571
Comerciais	<b>(5.558)</b>	(3.843)	<b>(10.058)</b>	(7.300)	<b>(2.579)</b>	(1.662)	<b>(18.195)</b>	(12.805)
Gerais e administrativas	<b>(5.464)</b>	(8.920)	<b>(11.376)</b>	(8.251)	<b>(2.559)</b>	(2.319)	<b>(19.399)</b>	(19.490)
Honorários da administração	<b>(393)</b>	(426)	<b>(108)</b>	(147)	<b>(125)</b>	(140)	<b>(626)</b>	(713)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	<b>552</b>	(1.566)	<b>(820)</b>	4	<b>(27)</b>	3	<b>(295)</b>	(1.559)
Despesas financeiras, líquidas	<b>(17.391)</b>	(14.444)	<b>(17.249)</b>	(15.121)	<b>(956)</b>	220	<b>(35.596)</b>	(29.345)
<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>9.660</b>	4.630	<b>358</b>	3.357	<b>2.515</b>	4.672	<b>12.533</b>	12.659



KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501  
www.kpmg.com.br

## **Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR**

Ao  
Conselho de Administração e Acionistas da  
Unidas S.A.  
São Paulo - SP

### **Introdução**

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Unidas S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



### **Conclusão sobre as informações intermediárias individuais**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34, emitido pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### **Outros assuntos**

#### ***Demonstrações do valor adicionado***

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 3 de maio de 2016

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Ulysses M. Duarte Magalhães  
Contador CRC RJ-092095/O-8

## Declaração dos Diretores sobre as Informações trimestrais

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e os demais Diretores Executivos da Unidas S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Cincinato Braga nº 388, inscrita no CNPJ sob nº 04.437.534/0001-30, para fins do disposto no inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

Reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Unidas relativas ao período findo em 31 de março de 2016.

São Paulo, 03 de maio de 2016.

Pedro Roque de Pinho de Almeida – Diretor Presidente  
Gisomar Francisco de Bittencourt Marinho – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores  
Levi Ávila da Fonseca Filho - Diretor  
Fernando Ribaldo Ribeiro - Diretor

## Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente, o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e os demais Diretores Executivos da Unidas S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Cincinato Braga nº 388, inscrita no CNPJ sob nº 04.437.534/0001-30, para fins do disposto no inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente as informações trimestrais da Unidas, referente ao período findo em 31 de março de 2016.

São Paulo, 03 de maio de 2016.

Pedro Roque de Pinho de Almeida – Diretor Presidente  
Gisomar Francisco de Bittencourt Marinho – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores  
Levi Ávila da Fonseca Filho - Diretor  
Fernando Ribaldo Ribeiro - Diretor